

SILVIO CÉSAR DE OLIVEIRA FREIRE

**DESAFIOS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA NA
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof Mirella Rocha

Rio de Janeiro
Julho de 2022

SILVIO CÉSAR DE OLIVEIRA FREIRE

**DESAFIOS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA NA
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ**

TCC aprovado em: 22 de julho de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Ana Izabel Moura – (UFRJ)

Prof.^a Dra. Joana Garcia – (UFRJ)

Prof.^a Dra. Mably Trindade – (UFRJ)

Epígrafe

Pouco a pouco uma vida nova, ainda confusa, se foi esboçando. Acomodar-se-iam num sítio pequeno, o que parecia difícil a Fabiano, criado solto no mato. Cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles.

Sinhá Vitória esquentava-se. Fabiano ria, tinha desejo de esfregar as mãos agarradas à boca do saco e à coronha da espingarda de pederneira. Não sentia a espingarda, o saco, as pedras miúdas que lhe entravam nas alpercatas, o cheiro de carniças que empestava o caminho.

As palavras de Sinhá Vitória encantavam-no. Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra porque não sabia como ela era nem onde era.

Repetia docilmente as palavras que Sinhá Vitória murmurava porque tinha confiança nele. E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos.

Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinhá Vitória e os dois meninos...

(Vidas Secas. Graciliano Ramos, 2013, p. 58).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecer a força Divina por ter dado graça, saúde e vida para ver mais um ciclo da minha vida se concretizando.

Aos meus professores e professoras ao longo do curso de Serviço Social e às minhas orientadoras: professora Ana Izabel, professora Joana e professora Mably, por não terem desistido de mim no final desse percurso.

Pai, Lauro Sérgio Bordalho Freire, já falecido que muito falava para que eu estudasse. Minha querida Mãe Iza Maria de Oliveira Freire que mesmo com pouco estudo me apoiou.

Esposa Angélica de Alexandre Freire que me apoiou nos momentos difíceis e suportou até o fim da jornada.

Aos amigos que me deram apoio moral:

Pedro Paulo “Pepa” Rosa Costa.

Lilian Flor do Ébano

Bruno Blanco

Rafael Ranieri do Asterious

Muito obrigados a todos e todes.

Não posso deixar de agradecer a bolsa de estudos da Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ) – uma das melhores universidades do Brasil – por ter possibilitado a realização desse meu sonho de ter conseguido finalizar a graduação.

RESUMO

FREIRE, Silvio César de Oliveira. Desafios de uma Trajetória Acadêmica na Escola de Serviço Social da UFRJ. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, julho de 2022.

O presente trabalho de conclusão de curso trata de aspectos constitutivos do Serviço Social brasileiro, conhecidos e amplificados na experiência de estágio no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), bem como bastante problematizados na trajetória acadêmica na Escola de Serviço Social da UFRJ. Buscou-se destacar os limites e desafios de permanência no curso, com ênfase na condição de aluno bolsista da assistência estudantil. Este trabalho trata, portanto, também um pouco de uma história de vida. Com tal propósito, foram utilizados como instrumentos metodológicos os trabalhos realizados para as disciplinas de Orientação e Treinamento Profissional (OTP), os diários de campo, elaborados durante o período de estágio, livros e textos estudados ao longo da graduação e, por fim, pesquisas na Internet de artigos e dissertações sobre a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave: Emergência do Serviço Social. INSS. Políticas de Assistência Estudantil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AIB	Ação Integralista Brasileira
APS	Agências da Previdência Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Caixa de Aposentadorias e Pensões
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviços
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistente Sociais
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CTC	Certidão de Tempo de Contribuição
CRA	Coeficiente de Rendimento Acumulado
DAE	Divisão de Apoio ao Estudante
DCE	Diretório Central dos Estudantes
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DIRSAT	Diretoria de Saúde do Trabalhador
DISEG	Divisão de Segurança
DRU	Desvinculação das Receitas da União
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESS	Escola de Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
FEF	Fundo de Estabilização Fiscal
FSE	Fundo Social de Emergência
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IAPS	Institutos de Aposentadoria e Pensão
INISO	Cadastro Nacional de Informação Social
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social

LBA	Lei Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
PIB	Produto Interno Bruto
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PP	Pedidos de Prorrogação
PR	Pedidos de Reconsideração
SESC	Serviço Social do Comércio
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem na Indústria
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência Social
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPAS	Unidades de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 – A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	13
1.1 A emergência da profissão	13
1.2 As influências teórico-metodológicas recebidas na gênese da profissão	16
1.3 Institucionalização, profissionalização e significado sócio-histórico	19
1.4 Espaços de atuação profissional: Estado, sociedade e políticas sociais	22
1.5 Processo de renovação profissional: ruptura com o conservadorismo e avanços teórico-metodológicos	25
1.6 A construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro	29
2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTÁGIO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS).....	34
2.1 Análise institucional: alguns elementos para se pensar o INSS	34
2.1.1 Breve trajetória histórica do INSS.....	34
2.1.2 A estrutura organizacional do INSS	38
2.2 Perfil da população usuária dos serviços e programas	41
2.3 Análise das propostas de intervenção profissional das equipes	45
2.3.1 A equipe do INSS proposta neste projeto de intervenção	49
2.3.2 Público Alvo.....	49
2.3.3 Recursos Necessários no projeto de intervenção	50
2.3.4 Atividades previstas no projeto de intervenção.....	50
2.3.5 Periodicidade	51
2.3.6 Tensões e desafios antecipados na implementação do projeto de intervenção.....	52
2.4 Algumas impressões sobre o campo de estágio	54
CONSIDERAÇÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	57
REFERÊNCIAS	66

INTRODUÇÃO

Vivia longe dos homens, só se dava bem com os animais. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra. Montado, confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia. A pé, não se aguentava bem. Pendia para um lado, para o outro lado, cambaio, torto e feio. Às vezes, utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos – exclamações, onomatopéias. Na verdade, falava pouco. Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas, em vão, mas sabia que elas eram inúteis e talvez perigosas. (Vidas Secas. Graciliano Ramos, 2013, p. 12).

A presente monografia discute a emergência do Serviço Social brasileiro, destacando as principais matrizes teórico-metodológicas que influenciaram a profissão, desde a sua origem em 1930 até a contemporaneidade, e sua ruptura com o serviço social conservador.

Além disso, aborda a minha experiência no campo de estágio no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), instituição onde completei todo o meu estágio obrigatório, do segundo semestre de 2017 até segundo semestre de 2019.

O trabalho traz, também, a minha experiência enquanto estudante trabalhador e bolsista da universidade, destacada nas considerações finais.

Com este propósito, foram utilizados como instrumentos metodológicos os trabalhos realizados para as disciplinas de Orientação e Treinamento Profissional (OTP), o diário de campo elaborado durante o período de estágio, livros e textos estudados ao longo da graduação e, por fim, pesquisas na Internet de artigos e dissertações sobre a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro.

Sobre a estrutura deste trabalho de conclusão de curso, o texto foi organizado em introdução, dois capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo, analisam-se a institucionalização, a profissionalização e o significado sócio-histórico do Serviço Social brasileiro. O capítulo traz, ainda, os espaços sócio-ocupacionais; o processo de renovação profissional; a construção do projeto ético-político, o nosso código de Ética e os desafios ao atuar com as expressões contemporâneas “da questão social” impostas à profissão.

O segundo capítulo, por sua vez, discute a minha experiência no campo de Estágio onde atuei no INSS – Gerência Norte, no Setor de

Reabilitação Profissional. Por ter que passar meus quatro períodos de estágios no INSS, pude conhecer este espaço sócio-profissional, atuando na “ponta”, ou seja, conhecendo diretamente o cotidiano das expressões da “questão social”.

Além disso, pude compreender o trabalho interdisciplinar estagiando com outros profissionais como: terapeuta ocupacional, médico perito, assistentes sociais do setor de Bolsa Família, psicólogos, dentre outros técnicos.

No âmbito da minha experiência no INSS, tive a oportunidade de elaborar uma análise institucional, apreender as relações de saber e poder nos contextos sócio-ocupacionais e fiz, também, um trabalho sobre o perfil da população usuária dos serviços e programas, descrevendo as principais demandas que chegavam à instituição.

Criei, ainda, uma proposta de projeto de intervenção profissional do assistente social e das equipes multiprofissionais. Trata-se de projeto de acesso à informação para a população usuária, impedindo-a de cair nas mãos de advogados e “papeleiros” que ficavam na porta do INSS, oferecendo serviços que os trabalhadores já têm direitos de acessar.

Trago também a minha difícil trajetória de ensino dentro da escola de Serviço Social da UFRJ, onde tive um ensino de excelência e qualidade. Tive o apoio da assistência estudantil, depois de muitos embates políticos para se ter o acesso e permanência nesse benefício, que deveria ser para todo o alunado trabalhador.

Fui o primeiro da família a entrar em uma universidade pública após cursar o pré-vestibular para negro e carente, no qual tive uma formação política bastante sólida.

Percebo que universidade ainda é bastante elitista, meritocrática e não consegue ser acessada por todo cidadão trabalhador como eu. Precisei trabalhar informalmente para que pudesse escolher os horários de turnos, tentando conciliar com os estudos com este trabalho, para que não acontecesse comigo e que aconteceu com vários amigos de faculdade, que tiveram que abandonar os estudos por motivo de trabalho. Além disso, dou

morador da Baixada Fluminense e o deslocamento e a condução são muito caros.

Sabemos que somente com a educação a classe trabalhadora poderá emancipar-se. Portanto, é importante que o governo e a sociedade civil invistam de 40 a 50% do nosso Produto Interno Bruto (PIB).

Nossa assistência estudantil deveria ser uma lei constitucional, pois, atualmente, 14% da população ativa está desempregada. Portanto, como os trabalhadores e os seus filhos conseguirão estudar, sem bolsa?

Como disse, fui aluno trabalhador; fiz reciclagens de materiais dentro do próprio campus da Praia Vermelha e sou muito grato pelo auxílio que me foi concedido durante minha graduação, apesar de não ter aumento durante mais de sete anos.

Nossa UFRJ é uma universidade burguesa e o local onde fica a Praia Vermelha é muito elitista, sendo tudo muito caro para estudar. Há inúmeros gastos para se manter dentro da Federal.

Em nossa sociedade, há luta de classe e uma profunda falta de distribuição de renda em nosso país. Por isso, a desigualdade é muito grande e a centralidade e concentração de renda no Brasil são visíveis.

Por fim, existe uma demanda reprimida de jovens – na maioria negros e negras – que sofrem muito em suas vidas por não terem oportunidades de um futuro promissor para não cair nas armadilhas da alienação e das *fake news* desse desgoverno, que tira cada vez mais da educação para dar para o orçamento secreto, com um projeto ideológico de acabar com as universidades federais e os institutos federais de nosso país, com esse projeto reacionário, conservador, anti-ciência, desumano e fascista.

1 – A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

No presente capítulo pretende-se analisar a emergência da profissão, as influências teórico-metodológicas recebidas, o processo de institucionalização profissional e o seu significado sócio-histórico. Além disso, serão abordados, ainda, os espaços de atuação profissional e o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, provocado pela ruptura com o conservadorismo e que oportunizou a elaboração de um novo Código de Ética, vinculado aos interesses da classe trabalhadora.

1.1 A emergência da profissão

A partir de debates, estudos e pesquisas, observa-se que nas últimas décadas tem-se analisado bastante a profissão do Serviço Social, tanto nas instituições públicas quanto privadas. Além disso, têm-se, também, como objetos de estudo a “questão social” e a intervenção profissional na contradição capital e trabalho, buscando-se destacar a atuação de assistentes sociais com as políticas sociais, que atendem de maneira individual e coletiva a classe trabalhadora, para que acessem seus direitos.

Nesse sentido, os estudiosos têm levantado questionamentos sobre a atuação do assistente social, a legitimidade da profissão, a criação de instituições que são envolvidas na “questão social”, desde a gênese do Serviço Social, que no Brasil ocorreu década de 1930, até a contemporaneidade.

A profissão nasce nas escolas confessionais da Igreja Católica. A princípio, trata-se de serviços sociais confessionais e de escolas que foram cooptadas pelo Estado e pela burguesia. É importante destacar que tais escolas eram compostas pelas mulheres católicas e damas da sociedade, privilegiadas e com acesso à educação, sendo um Serviço Social vocacional.

Além disso, a expansão urbana e a industrialização exigem o fortalecimento e o desenvolvimento da profissão de Serviço Social, reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, tendo por trás o desenvolvimento capitalista industrial no Brasil. Logo, o assistente social irá

atuar diretamente nas expressões da “questão social”, objeto insuprímível nesse sistema capitalista.

Para o professor José Paulo Netto (2001), a “questão social” tem uma história recente, pois seu emprego data de cerca de cento e setenta anos. De acordo com o autor (idem, p. 42), “parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços do espectro político”.

Segundo Netto (ibidem, p. 43), a “questão social” surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: Trata-se do fenômeno do pauperismo”. Ainda de acordo com o autor (idem), “a designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos”.

A partir da segunda metade do século XIX, a expressão “questão social” deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais de diferentes lugares do espectro ídeo-político, deslizando lenta, mas nitidamente, para o vocabulário próprio do pensamento conservador. Por isso, a “questão social” perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizado, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional” (NETTO, 2001, p. 43).

A “questão “social” está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. “Não se suprime a primeira conservando-se o segundo” (NETTO, idem p. 44 e 45).

Como assinala Iamamoto e Carvalho (1983, p. 71):

É um esforço de captar o significado social dessa profissão na sociedade capitalista, situando-se como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classe e de relacionamento contraditório entre elas. Nesse sentido, efetua-se um esforço de compreender a profissão historicamente configurado como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade individual.

Na década de trinta do século vinte à classe subalterna trabalhadora irá respingar as expressões da “questão Social” e, assim, passa a procurar o

Serviço Social à época bastante conservador e que nasce nas escolas confessionais da igreja católica. A classe burguesa e o Estado compõem a tríade dessa época de exclusão e conservadorismo.

Nesse sentido, para Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho (1983, p. 83), “o Serviço Social está intimamente vinculado à iniciativa da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculado predominantemente aos setores abastados da sociedade”.

Ainda segundo os referidos autores (idem, p. 84):

Essa origem confessional articulada aos movimentos de ação social e ação católica conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológica encontram-se na doutrina social da Igreja. Configura-se assim, um caráter missionário à atividade profissional.

Voltada para uma ação de ajustamento moral da família operária, a profissão intervinha preferencialmente junto a mulheres e crianças, por meio de uma ação individualizadora e com vistas ao estabelecimento de um contraponto às influências anarco-sindicalistas no proletariado urbano da época.

O Estado era chamado a intervir, porém, diante de sua incapacidade de implementar políticas sociais eficazes, respondia às reivindicações do proletariado com repressão policial. De fato, a violência estatal fazia-se constantemente presente na trajetória de lutas do movimento operário, como o mais eficiente instrumento de manutenção da ordem, necessária à acumulação capitalista, especialmente na década de 1930, período em que o Brasil passava por intenso processo de industrialização, com avanços significativos rumo ao desenvolvimento econômico, político e cultural.

À época, a sobrevivência do trabalhador dependia exclusivamente de sua força de trabalho e se vinculava ao mercado dominado pelo capital. Assim, o operariado inexoravelmente sucumbia à exploração desmedida dos capitalistas, que afetava, inclusive, sua capacidade vital. Com efeito, a população trabalhadora vivia em condições subumanas, amontoando-se em bairros insalubres, sem água, saneamento básico e luz. O poder aquisitivo dos salários era ínfimo, de modo que, mesmo com o trabalho extenuante de todos os membros da família, a renda obtida era insuficiente para a sua subsistência.

Tamanha exploração ensejou a organização do proletariado na luta em prol de melhores condições de trabalho e pela defesa de uma vida mais digna, o que configurava ameaça aos valores mais sagrados da sociedade burguesa: a moral, a religião e a ordem pública. Este contexto exigia, portanto, a contenção das reivindicações operárias e o controle social da exploração da força de trabalho.

É no âmbito desse processo histórico que estão fincadas as raízes do Serviço Social brasileiro. Sua intervenção à época do surgimento, contudo, não se baseava em medidas emanadas do Estado, mas da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestavam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica.

1.2 As influências teórico-metodológicas recebidas na gênese da profissão

Como mencionado, os referenciais orientadores do pensamento e da ação do emergente Serviço Social tem sua origem na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino do século XII: o tomismo e o neotomismo.

Assim, é na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador, contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à questão social.

Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram a emergência da profissão, podem ser destacados: a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade e sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral.

No que se refere à Doutrina Social da Igreja, merecem menção, ainda, as encíclicas “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII de 1891 e a “Quadragesimo Anno” do papa Pio XI de 1931. Nesse sentido, a gênese do Serviço Social brasileiro relaciona-se a um movimento de bases confessionais de cristãos

laicos, com vistas a uma presença mais organizada da Igreja Católica no mundo secular.

Desse modo, o Serviço Social representa para os militantes de tais movimentos uma alternativa profissionalizante às atividades de apostolado social, que visam minorar o sofrimento da população pobre.

De acordo com Marilda Villela Iamamoto, em 1932, com o incentivo dos católicos e, conseqüentemente, sob o controle da Igreja, foi criado em São Paulo o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), uma entidade que seria fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social do país, destinada exclusivamente a mulheres.

A ação das assistentes sociais, contudo, limitava-se ao trabalho com migrantes, em sua maioria nordestinos, famílias de operários, “menores desvalidos”, imigrantes e egressos de reformatórios e penitenciárias, com uma prática eminentemente assistencial.

Segundo Maria Carmelita Yazbek (2001), a relação com a Igreja vai imprimir à profissão o caráter de apostolado fundado em uma abordagem das expressões da “questão social” como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais

O Serviço Social brasileiro contou, assim, com uma forte influência dos países europeus capitalistas como Bélgica, França e Alemanha, que tinham por objetivo preparar os operários para se adaptar aos moldes do capitalismo industrial.

É importante destacar, também, que a nossa profissão – por ter origem nas escolas confessionais da Igreja Católica, atendendo a interesses do Estado e da burguesia – teve seu caráter conservador inspirado na filosofia tomista e, posteriormente, a neotomista que teve como principal representante o filósofo francês Jacques Maritain (1882-1973).

O tomismo é uma doutrina filosófica que toma por base o pensamento de Tomás de Aquino, adaptando-o, quando necessário, considerar as descobertas científicas e os problemas específicos do mundo moderno. Mais contemporaneamente, inspirou-se na encíclica *Aeterni Patris* (1879) do papa Leão XIII, que inaugurou o neotomismo oficial (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 194).

Como dito, em sua gênese, o Serviço Social fundamentou-se na doutrina social da Igreja Católica, tendo como base filosófica o tomismo, que

defende determinados princípios como a dignidade da pessoa humana, o bem comum, dentre outros princípios. Essa corrente filosófica vai iluminar a teoria e a prática das assistentes sociais, de maneira preponderante, desde 1936.

Maria Carmelita Yazbek (2001) elucida que a Igreja Católica tornou-se responsável pelo conteúdo ensinado no processo de formação das primeiras profissionais do Serviço Social brasileiro, referenciando os dogmas religiosos e os valores cristãos como base teórica e ideológica para tal formação e para o trato da “questão social”.

Cabe assinalar, ainda, que naquele momento, a “questão social” era compreendida a partir de uma forte influência do pensamento social da Igreja, que a tratava como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciavam, embora situados dentro de relações capitalistas. Tratava-se, assim, de um enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão social, que necessitava para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, e que encontrará no Serviço Social efetivas possibilidades de desenvolvimento (YAZBEK, idem).

De acordo com Marx, tanto o judaísmo como o cristianismo, são frutos da sociedade dividida em classes. São ideologias impotentes para combater a exploração do homem pelo homem. As religiões, em geral, são um protesto contra a vida insatisfatória que é dada aos homens. Porém, a religião é uma ideologia impotente para orientar, na prática, a luta pela transformação do mundo, a luta pela superação das instituições baseadas na propriedade privada. As religiões funcionam como o ópio do povo, pregando conformismo e a resignação. No entanto, não existem por acaso, essas religiões refletem a situação em que se encontra o mundo. Se quisermos libertar o homem de suas ilusões religiosas, precisamos mudar o mundo que tornou necessárias essas ilusões. Não adianta combater o efeito sem modificar a causa!"

Influenciado pela corrente filosófica neotomista, o Serviço Social não enxerga a “questão social” como consequência do sistema capitalista e não compreende as expressões dentro de um contexto econômico e político, com uma prática profissional que não considera os conflitos sociais de forma aprofundada e crítica. Mas, pelo contrário, olha o mundo pelas lentes de uma

igreja que mantém uma conservação ideológica, que exclui a grande massa da classe trabalhadora, gerando cada vez mais a luta de classes.

Além disso, o Serviço Social brasileiro sofreu influência do positivismo, do liberalismo, da Igreja católica, que possuía um grande domínio sobre a maioria da população marginalizada, explorada; ignorada pelos mecanismos do Estado e pela própria Igreja.

Para Yazbek (2001, p. 9), trata-se de uma “abordagem conservadora individualista, psicologizante e moralizadora que encontrou no Serviço Social efetivas possibilidades de desenvolvimento”.

Em síntese, a profissão tem sua gênese em um suporte teórico embasado na doutrina social conservadora, especificamente da Igreja Católica, até o momento de sua institucionalização. Há, portanto, como assinala Netto (2001), uma hereditária, estrutural e medular vinculação do Serviço Social aos preceitos do pensamento conservador

1.3 Institucionalização, profissionalização e significado sócio-histórico

De acordo com Juliana Costa Meinerz Zalamena (2015), o período de emergência do Serviço Social, bem como sua posterior institucionalização, é de suma importância para a compreensão da trajetória da profissão no Brasil. Estudar esse capítulo da história das assistentes sociais é importante não só para a formação acadêmica e teórica, mas para a compreensão dos significados sócio-históricos da própria prática profissional.

As expressões da “questão social” no início do Século XX eram inegáveis, o próprio capital estava em crise, o desemprego e o pauperismo eram uma constante naquele cenário. Para Maria Lúcia Martinelli (1997), a depressão na Europa e as crises cíclicas do capital causavam transformações na questão social, ou seja, nas contradições entre o capital e o trabalho, e se espalhavam para todos os países que tinham como modelo econômico o capitalismo.

Além disso, os impactos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa em 1917 causam problemas políticos, sociais e econômicos em todo mundo. A sociedade capitalista apresentava um quadro social muito

preocupante, a economia estava deteriorada, o desemprego crescia, o pauperismo se generalizava. Enfim, conforme o capitalismo em sua fase monopolista se expandia, os problemas sociais o acompanhavam.

Após a crise de 1929, emerge a depressão nos Estados Unidos da América (EUA), que afetará o Brasil, ao longo de toda a década de 1930. Com a crescente industrialização e consolidação dos monopólios, fortalece-se a aliança entre o Estado e a classe dominante. Isso quer dizer, em síntese, que a questão social da época atemorizava a burguesia, pois demonstrava a fragilidade da ordem social imperfeita que produzira, pois na medida em que se acelerava o crescimento do capitalismo monopolista, cresciam também a pobreza e a miséria, a ponto dessa situação caótica ameaçar a própria hegemonia da burguesia industrial.

Zalamena (2015) assinala que a institucionalização do Serviço Social brasileiro ocorre a partir da década de 1930, com a incorporação das assistentes sociais em grandes instituições assistenciais como a Lei Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI), Fundação Leão XIII e instituições previdenciárias. Todo esse processo tem como pano de fundo a “questão social”, centrada nas contradições entre capital e trabalho, e suas refrações, expressas em inúmeras formas de problemas sociais.

Diante desse novo cenário, eram necessárias novas estratégias de atendimento às expressões da “questão social”. Assim, o proletariado, agora organizado e mais combativo, precisava ser freado pela classe dominante, que para fazer a balança voltar a lhe ser favorável, contando com o apoio fundamental do Estado

Nesse sentido, as estratégias de resposta às consequências da “questão social” tiveram como base a tentativa de acalmar o proletariado, controlar sua organização e coibir suas manifestações e reivindicações, que eram uma ameaça iminente à classe hegemônica.

Enquanto o proletariado almejava melhores condições de vida, organizados enquanto classe trabalhadora, busca pelas conquistas de seus direitos, a classe dominante e o Estado optam em “incorporar” algumas dessas reivindicações e devolvê-las ao operariado em forma de benefícios indiretos,

de modo a minorar a situação degradante dos mesmos, evitando sua revolta, mas sem alterar em nada a exploração a que estes eram submetidos (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003).

Iamamoto e Carvalho (idem, p. 94) assinalam, portanto, que “o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho situa-se no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora”.

No processo de institucionalização da profissão, Zalamena (2015) assinala que a “questão social” e a luta contra a desigualdade social emergem como uma preocupação da Igreja, mas dentro de uma luta contra o liberalismo e o comunismo. Da necessidade de uma coerente mais organizada surgem grupos, associações, que organizam cursos, semana de estudos para formação de seus quadros. No Brasil, a influência desse processo é enorme, pois é justamente dessas ações que surgem as primeiras escolas de ensino especializadas em Serviço Social.

Além disso, havia movimentos dentro da Igreja de cunho direitista ligados à Ação Integralista Brasileira (AIB) contra os movimentos de cunho populares e socialista que perseguiram os comunistas e suas ideias populares e progressistas.

Para Iamamoto e Carvalho (2003, p. 166):

Ao surgimento da AIB setores consideráveis da Ação Católica e do clero já nutriam fortes simpatias pelo fascismo europeu. Essa trilogia integralista- Deus, pátria e família- seu visceral anticomunismo e a defesa intransigente da “família e da propriedade” se identificaram plenamente com o espírito do movimento católico.

É importante destacar que foi durante o governo de Getúlio Vargas – no Estado Novo de 1937-1945 – que foram criadas algumas instituições como o Ministério do Trabalho e as leis trabalhistas, como por exemplo a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); a carteira assinada, a remuneração de férias, a presidência social; dentre outras.

Sob a pressão de movimentos sociais, o Estado enxerga na emergência, na regulamentação e na legitimação da profissão de Serviço Social a saída para a contenção das reivindicações da classe operária, atendendo as suas demandas.

Assim, em 1932, a Igreja criou em São Paulo o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) Entidade que deu origem a primeira escola de Serviço Social. Tornando-se “independente” do Estado, a Igreja Católica busca alcançar a classe operária que neste momento o país passa por uma grande evolução e revolução com o capitalismo industrial no qual muito desses trabalhadores se viam explorados pela burguesia e, desta forma, foram surgindo grupos de pessoas da classe operária que queriam que o Estado lhes garantisse todos os seus direitos como empregados.

José Paulo Netto (2001) assegura que o surgimento do Serviço Social brasileiro como profissão institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada vincula-se à “questão social”. Tal surgimento relaciona-se, também, às mazelas próprias à ordem burguesa, às sequelas necessárias dos processos que compõem na constituição, bem como no evoluir do capitalismo monopolista, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização e urbanização.

Em outras palavras, ao se analisar a emergência do Serviço Social, considera-se a existência de um consenso teórico, qual seja: tal emergência está atrelada às manifestações da “questão social”, considerada síntese dos infortúnios contraditórios da relação entre capital e trabalho e da ordem burguesa.

É nesse contexto que são potencializadas a chamada “questão social”, que se torna a base de justificação da profissão e é entendida por Marilda Villela lamamoto e Raul de Carvalho (2003) como as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir novas formas de intervenção para além da caridade e repressão.

1.4 Espaços de atuação profissional: Estado, sociedade e políticas sociais

Como observado até o momento, no âmbito da sua função profissional, o assistente social atua administrando o interesse do Estado, da burguesia e

no de enfrentamento da “questão social”, buscando encontrar mecanismos que auxiliem a garantia de direitos a classe trabalhadora em seus conflitos dentro da realidade de vida cotidiana.

É por isso que lamamoto e Carvalho (2003) destacam que no discurso dos representantes políticos da nova ordem aparece explicitamente esse projeto político: proteção ao trabalhador para a obtenção da harmonia social; justiça social e incentivo ao trabalho, bem como ordem social e aumento da produção. Isto é, controle e subordinação do movimento operário e expansão da acumulação pela intensificação da exploração da força de trabalho.

Ainda segundo lamamoto e Carvalho (idem, p.156):

A ofensiva ideológica contra a organização autônoma do proletariado será uma constante durante todo o período. Buscará isolar a classe de sua vanguarda organizada e afirmar o mito do Estado benfeitor, da outorga da legislação protetora do trabalho, o mito do Estado acima das classes e representativo dos interesses gerais da sociedade e da harmonia social.

É possível perceber que nas fases iniciais do trabalho do Serviço Social, os profissionais e as instituições nas quais trabalham enfrentavam muitas dificuldades e resistências, inclusive, pelo próprio Estado que pouco fazia para os ajudar nesta função.

Nesse sentido, Fernandes (1979, p.179) ressalta que “a ação do Estado é duplamente contida pela ordem legal que ela encarna; de um lado, os modelos de ordenação e de legitimação do poder políticos transplantados dos países avançados. Oferecem margem a serias ambiguidades e até às contradições pitorescas no ajustamento da ordem legal as condições reais de existência social”

Além disso, o Serviço Social brasileiro dessa época está trabalhando com grupo comunidade e caso, adaptando e ajustando o indivíduo nesse sistema.

Para lamamoto (2009), os espaços sócio-ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organização e movimentos sociais.

Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções diversas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que

figuram como empregadores: o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores (IAMAMOTO, *idem*).

As relações sociais condicionam o caráter do trabalho realizado (voltado ou não à lucratividade do capital), suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade. É óbvio que as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais se realiza.

Em tais espaços, os assistentes sociais atuam na formulação e planejamento de políticas públicas – não mais exclusivamente como executores terminais dessas políticas, nos termos de Netto (2001) –, nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, movidos pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população usuária (IAMAMOTO, 2009).

Sua atuação ocorre ainda, como dito, na esfera privada, principalmente no âmbito do repasse de serviços, benefícios e na organização de atividades vinculadas à produção, circulação e consumo de bens e serviços.

Nos espaços ocupacionais, os assistentes sociais realizam, ainda, assessorias, consultorias e supervisão técnica; contribuem na formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais; atuam na instrução de processos sociais, sentenças e decisões, especialmente no campo sociojurídico; realizam estudos socioeconômicos e orientação social a indivíduos, grupos e famílias, predominantemente das classes subalternas; impulsionam a mobilização social desses segmentos e realizam práticas educativas; formulam e desenvolvem projetos de pesquisa e de atuação técnica, além de exercerem funções de magistério, direção e supervisão acadêmica (IAMAMOTO, *idem*).

Atuam, ainda, de acordo com Marilda Iamamoto (*ibidem*) com uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes

segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais

Muitos foram e assim têm sido os estudos, pesquisas e análises que vários estudiosos e professores têm se debruçado para que destes estudos e pesquisas demonstrem uma análise crítica da realidade social para que desta forma ocorram aprimoramentos dos métodos e técnicas que a profissão exige.

1.5 Processo de renovação profissional: ruptura com o conservadorismo e avanços teórico-metodológicos

O Serviço Social brasileiro avançou muito e superou o Serviço Social da década de 1940. Para Balbina Ottoni Vieira (p. 1977), o sujeito principal do Serviço Social era o homem como ser racional e social. Dele se ocupava para ajustá-lo, reajustá-lo ou educá-lo proporcionando-lhe as medidas indispensáveis para a solução de seus problemas pessoais.

Nesse sentido, a partir dos anos 1940, o conservadorismo católico da profissão aproxima-se do Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho, permeadas pelo caráter da teoria social positivista, cuja concepção pressupõe uma sociedade regulada por leis naturais invariáveis, que independem da vontade e da ação humana.

Tal influência positivista, que orientava a prática profissional para a individualização dos problemas sociais, foi responsável pelo monolitismo teórico do Serviço Social brasileiro (IAMAMOTO, 2011) que imperou até a década de 1960. Como se percebe, havia, frente às refrações da “questão social”, um trato individualizante e despido de qualquer leitura crítica da raiz que engendra a manifestação dos antagonismos de classe.

Nesta mesma época, chega ao Brasil e à América Latina, o Serviço de Comunidade ou Desenvolvimento de Comunidade (DC). A princípio orientado por noções de doença social, anormalidade e necessidade de equilibrar os pontos de estrangulamento social, tal prática profissional evolui posteriormente para as ideias de subdesenvolvimento e atraso econômico.

Na esteira do Governo JK (encerrado em 1960) e seu lema de progresso “cinquenta anos em cinco”, o Serviço Social brasileiro inspira-se nas

ideias “desenvolvimentistas”, que visam tirar o país do atraso, trazendo-o para a modernidade capitalista industrializada, mediante esforço conjunto da população e do governo.

José Paulo Netto (2008) destaca haver contradição entre as demandas derivadas da dinâmica do desenvolvimento embasado na industrialização pesada e a representação das classes e camadas sociais no sistema de poder político. O alargamento e o aprofundamento desta contradição, precipitados pelas lutas e tensões sociais no período, erodiam consistentemente o lastro hegemônico da dominação burguesa.

Formava-se, assim, o caldo social, político e econômico que resultou no golpe militar de 1964. Especificamente em relação ao Serviço Social, no discurso e na ação governamentais, havia um claro componente de validação e reforço do que Netto caracterizou como Serviço Social “tradicional”, ou seja, “prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável” (NETTO, 2001, p. 44).

Ainda na década de 1960, havia um movimento de intelectuais para contestar a forma conservadora a qual atuava o Serviço Social brasileiro, baseado, principalmente, na filosofia marxista que deu possibilidades para o desenvolvimento e maturidade da profissão do Serviço Social, uma vez que fez duro críticas aos governantes capitalistas, juntamente com a igreja e as elites e, toda forma de governo que por mais que demonstre preocupação e desejos de resolver as expressões da “questões sociais” é fortemente dominado pelo capital que vai alongando e aprofundando as desigualdades sociais.

Assim, a partir da referida década ocorreu uma evolução muito expansiva no Serviço Social da qual a classe subalterna teve possibilidades de se expor e trazer ao conhecimento mundial as suas “inquietações” e frustrações que a liberal burguesa lhe vitimavam.

Ao longo do fim da década de 1970 e início dos anos 1980 ocorre uma leitura dos clássicos da bibliografia do marxismo, que fornecem uma roupagem

nova e crítica no âmbito da profissão do Serviço Social, da qual Netto (idem, p. 111) já sinalizava:

Nos anos sessenta, começava a configurar uma tradição marxista no Brasil, que avançava naquela década diferenciando-se, desbordando as fronteiras do movimento comunista organizado e lançando raízes na cultura brasileira.

Por isso que os intelectuais foram se nutrindo do marxismo que iria desembocar num movimento no Brasil, e na América Latina chamado Movimento de Reconceituação.

Os movimentos das classes subalternas trouxeram à superfície não só as refrações da “questão social” do proletariado, mas, também outros temas como, por exemplo: demandas sociais, direitos e a importância da participação das mulheres em questões que só eram atribuídas à participação masculina, a integração dos jovens, dos negros, dos emigrantes, o ecossistema, os direitos ao lazer, a educação, dentre outros.

Enfim, todo o debate sobre as expressões da “questão social” foi sendo realizado em reuniões para serem discutidas em sociedades dentro e fora do país.

Para Netto (2001, p.117), “o vínculo entre a autocracia burguesa e a renovação do serviço social não é o mesmo que sugerir que a estratégia e o sentido da ditadura jogaram, intencional e prioritariamente, na erosão e na deslegitimação das formas profissionais consagradas e vigentes à época da sua emergência e consolidação”

A formulação da perspectiva modernizadora nos documentos de Araxá e Teresópolis foram as primeiras tentativas de sair de Serviço Social tradicional. O documento de Araxá significou para a profissão o primeiro gesto do Movimento de Reconceituação, isto é, uma rigidez entre o tradicional e o moderno; uma definição do serviço social como técnica social, no plano da especulação prática, um instrumento no processo de tentativo desenvolvimento:

Promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviços Sociais (CBCISS) na estância hidromineral de Araxá em 1967, e se desdobra nos trabalhos do segundo evento daquela série, também patrocinado pelo CBCISS e efetivado em 1970, em Teresópolis (NETTO, idem, p. 164).

Continuando com Netto (2011, p. 164 e165):

O documento de Araxá e o documento de Teresópolis possuem como veremos em seguida, características e ênfase diferenciadas, mas passa perfeitamente ser tomado como a consolidação modelar da tentativa de adequar as (auto) representações profissionais do Serviço Social às tendências sócio-políticas que a ditadura tornou dominantes e que não se punham como objeto de questionamento substantivo pelos protagonistas que concorreram na sua elaboração.

Novamente nessa perspectiva modernizadora, Netto (idem) nos respalda dizendo:

Os seminários, igualmente organizado pelo CBCISS, que, depois de Araxá e Teresópolis, vieram na sua esteira – os colóquios realizados no Rio de Janeiro, no centro de estudos do Sumaré (da Arquidiocese carioca) e no Alto da Boa vista (no Colégio coração de Jesus), respectivamente em 1978 e 1984. (1998 página 194) que tinha abertura a referências distintas do caldo conservador.

A transição de 1960 para 1970 foi, de fato, assinalada em todos os quadrantes por uma forte crítica ao que se pode sumariamente designar como “Serviço Social Tradicional (NETTO, 2001).

Desde os anos 1970, mais precisamente no final daquela década, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras.

A emergência dos princípios e ideias do Movimento de Reconceituação, deflagrado nos diversos países latino-americanos somada ao processo de redemocratização da sociedade brasileira formaram o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado, por meio de um processo de ruptura teórica e política com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam no seio da profissão.

Politicamente, esse processo teve seu marco no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, na Cidade de São Paulo, conhecido como o “Congresso da Virada”, quando, então, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro, ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, substituindo-os por pessoas advindas do movimento dos trabalhadores.

Segundo Faleiros (1987), a ruptura com o Serviço Social Tradicional inscreve-se na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora.

Houve resistências de grandes filósofos, sociólogos e historiadores contra as perseguições implacáveis dos ditadores de moldes imperialistas burguês e militaristas da época da ditadura. E toda essa manifestação deu origem ao famoso “Método Belo Horizonte”, traduzindo-se especialmente como modernização profissional (NETTO, 2001).

É importante mencionar que o Método Belo Horizonte contribuiu muitíssimo para romper com as técnicas tradicionais do Serviço Social. Foi pensado dentro da escola serviço social de Minas Gerais da Universidade Católica, com o objetivo de desvincular o Serviço Social dos moldes conservadores da classe burguesa e do capital estatal que possuía metodologia muito “rasas” e conservadoras para solucionar os conflitos sociais da classe subalterna. Fazendo com que os profissionais estivessem mais inseridos dentro do contexto social do indivíduo de forma bem mais acentuada.

Netto (2001) assinala, ainda, que o Método Belo Horizonte vai além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo.

No Método BH levantou-se uma crítica e uma pesquisa em torno do Serviço Social Tradicional apoiando-se nos movimentos marxistas dando início a novos projetos da formação intelectual dos profissionais que se irradiaram em outros países e não somente no Brasil.

O Método BH analisava a “neutralização” do Serviço Social que era voltado para a metodologia ideológica do método tradicional, manipulada pela classe dominadora burguesa. Também criticava a visão deturpada do indivíduo com sua realidade social dentro do grupo social (indivíduo e sociedade) e, por último, não se tinha uma área específica para a operação funcional do assistente social.

Com o documento de Araxá houve uma tentativa madura de ruptura com o conservadorismo e com o assistencialismo, herdados da prática profissional tradicional. Tal ruptura emerge dentro do Movimento de Reconceituação que trouxe uma nova configuração para a profissão.

1.6 A construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro

Todo esse caldo de cultura que começou no final da década de 1950 foi dando amálgama e liga nas décadas seguintes, com uma leitura mais crítica e colocando mais identidade e personalidade para a profissão do Serviço Social que foram as dimensões do arcabouço de fortalecer a intervenção da “questão social”.

Segundo José Paulo Netto (1999), é muito recente – datando da segunda metade dos anos noventa do século XX – o debate sobre o que vem sendo denominado de Projeto Ético-Político do Serviço Social.

No entanto, a própria construção desse projeto no marco do Serviço Social no Brasil tem uma história que não é tão recente, iniciada na transição da década de 1970 à de 1980. Esse período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no país, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional.

É nesse processo, de recusa e crítica do conservadorismo, que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando Projeto Ético-Político (NETTO, 1999).

Ainda de acordo com o autor (idem), para um projeto profissional afirmar-se na sociedade, ganhar solidez e respeito frente às outras profissões, às instituições privadas e públicas, bem como frente aos usuários dos serviços oferecidos pela profissão, é necessário que ele tenha em sua base um corpo profissional fortemente organizado, não obstante todo corpo profissional ser um campo de tensões, clivagens e disputas.

Sabe-se que a afirmação e a consolidação de um projeto profissional, em seu próprio interior, não suprimem as divergências e contradições. Da caracterização de projeto profissional acima apresentada, infere-se que ele envolve uma série de componentes distintos: uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, dentre outros. São várias, portanto, as dimensões de um projeto profissional, que deve articulá-las coerentemente (NETTO, 1999).

Tal articulação – imprescindível para a hegemonia de um projeto profissional – é complexa e não se realiza num curto espaço de tempo, pois exige recursos político-organizativos, processos de debate e elaboração,

investigações teórico-práticas (inclusive a análise da relação entre conhecimentos e formas de intervenção), dentre outros.

É importante ressaltar que as dimensões do Serviço Social estão pautadas pelo Projeto Ético-Político da profissão. As competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classes e seu próprio processo de trabalho.

Os fundamentos históricos, teórico e metodológicos são necessários para aprender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS,1996).

Para Toniolo (2008), na dimensão teórico-metodológica, o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais.

Com relação a dimensão ético-política, o assistente social não é um profissional “neutro”, pois sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista; relações estas que são contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática como seguir o código de ética (TONIOLO, idem)

Na dimensão técnico-operativa, por fim, exige-se pensar as mediações dentro da instrumentalidade, como, por exemplo: entrevistas, visita domiciliar e trabalhos em grupos, realizados no cotidiano institucional.

Nesse amplo debate de lutas, na década de 1980, o Serviço Social amadureceu como assinala Ortiz (2007), o Código de Ética de 1986 foi o primeiro que rompeu efetivamente com a ética tradicional a despeito de suas imprecisões e lacunas, pois afirmou o compromisso do Serviço Social com os

interesses da classe trabalhadora, com vistas a construção de uma nova sociedade livre de exploração por meio da transformação social.

Código de Ética de 1986 reconheceu o assistente social como portador de direitos, inclusive da denúncia, e partícipe da classe trabalhadora, conduzindo o processo de construção de uma nova imagem para o Serviço Social brasileiro. Contudo, embora ainda que portando importantes avanços, o Código de 1986 possuía também imprecisões e lacunas redundando na sua revisão anos mais tarde e na constituição do Código de Ética de 1993 (ORTIZ, idem).

De fato, a revisão e a conseqüente criação de um novo código de ética profissional afirmaram a manutenção e o fortalecimento da conquista inexorável do código de 1986, as quais romperam efetivamente com a ética tradicional, a partir do giro de sua base filosófica, mas trouxe, também, novos avanços. (ORTIZ, 2007, p.131). Por tudo isso, que o novo código de 1993 trouxe para a profissão a afirmação do compromisso-profissional contra os interesses particulares de uma determinada classe, fundamentando-se na ontologia crítica social de Marx.

O Código de Ética de 1993 possui 11 princípios fundamentais, que defendem: direitos humanos, liberdade, democracia como padrão de cidadania e organização para atender a classe trabalhadora que tem lutado ao longo da história do Serviço Social no Brasil. O novo código defende, ainda, a eliminação toda forma de preconceito, discriminação de classe, gênero, de raça/etnia e religião.

O profissional de Serviço Social deve estar atento às mediações e intervir para atender a população usuária, incorporando as dimensões ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa e o poder investigativo nas intervenções de qualidade.

Para Netto (1999), é no trânsito dos 1980 aos anos 1990, portanto, que o Projeto Ético-Político do Serviço Social no Brasil configurou-se em sua estrutura básica – e, qualificando-a como básica, assinala-se o seu caráter aberto, ou seja, mantendo seus eixos fundamentais, ela é suficientemente flexível para, sem se descaracterizar, incorporar novas questões, assimilar

problemáticas diversas e enfrentar novos desafios. Em suma, trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento.

A dimensão política do projeto é evidentemente enunciada: posiciona-se a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto declara-se radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e distribuição da riqueza socialmente produzida.

2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTÁGIO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)

Neste capítulo, será discutida a minha experiência de estágio no INSS – instituição onde realizei, como mencionado anteriormente, todo o estágio obrigatório – explorando os conteúdos discutidos nas disciplinas de Orientação Teórico-Práticas (OTPs), associados aos seguintes pontos:

1. Análise institucional (relações de saber e poder nos contextos sócio-ocupacionais);
2. Perfil da população usuária dos serviços e programas, bem como as principais demandas que chegavam à instituição;
3. Análise das propostas de intervenção profissional das equipes multiprofissionais;
4. E indicadores e referência adotados para avaliação e monitoramento das atividades e projetos realizados.

2.1 Análise institucional: alguns elementos para se pensar o INSS

Fiz estágio no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em uma agência da região norte da cidade. Trata-se de uma autarquia pública e a gestão da administração é feita pelo presidente, com a seguinte estrutura hierárquica: superintendência, gerência, diretoria e chefias.

2.1.1 Breve trajetória histórica do INSS

A política de determinada época guarda relação com o movimento estrutural e conjuntural de cada momento histórico, expresso em suas diversas políticas econômicas e com a correlação de forças que o país passa para implementar a política previdenciária brasileira, no que diz respeito à seguridade social.

A Velha República foi marcada pela hegemonia da oligarquia rural, expressa, sobretudo, numa economia agroexportadora. Neste período, houve uma intensa efervescência política e social com as greves de 1905, 1917 e

1919, e, também, inúmeras manifestações populares nas quais se destacaram as citadas greves, bem como o movimento tenentista. Entre suas pautas estavam contidas as reivindicações do cumprimento do Tratado de Versalhes¹.

Foi nessa conjuntura histórica que se verificou o marco inicial da previdência brasileira enquanto legislação social a partir da promulgação das leis de acidente de trabalho (1919) e a Lei Eloy Chaves (1923). Em seguida, foi criada a Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAPS) exclusivamente para as categorias profissionais mais expressivas para economia, como as categorias: industrial, bancária e marítima.

Com a Revolução de 1930, possibilitou-se a passagem da economia agroexportadora para a urbano-industrial, o que permitiu a classe burguesa emergente partilhar da gerência do Estado Getulista a fim de garantir seus próprios interesses. Nesse sentido, Marx e Engels (1998, p. 57) assinalam que “as ideias dominantes de uma época sempre foram às ideias da classe dominante”.

Esse período foi marcado por um modelo cooperativista e por uma política favorável à industrialização. O poder público buscou legitimação no âmbito da classe operária, que suscitou a elaboração de uma legislação social e de proteção ao trabalhador com vistas a regulamentação da “questão social” por meio da incorporação de algumas demandas sociais do controle operário e atrelamento dos sindicatos aos organismos estatais.

Como nos informa lamamoto (2009, p. 1):

Em sua expansão e metamorfoses, requer inscrevê-los na totalidade histórica considerando as formas assumidas pelo capital no processo de revitalização da acumulação no cenário da crise mundial. Sob a hegemonia das finanças e na busca incessante da produção de super lucros, aquelas estratégia vêm incidindo radicalmente no universo do trabalho e dos direitos.

Assim, a garantia de direitos nada mais significa que o fortalecimento de ganhos para o capital, em detrimento com a classe trabalhadora para se manter a produção e os lucros.

É importante destacar que a constituição da Previdência Social como política pública ocorreu a partir de 1933, com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPS), organizados como Caixas de Aposentadorias

¹ O Tratado de Versalhes foi assinado em 1919 como um dos acordos de paz firmados após a Primeira Guerra Mundial, sendo conhecido pela imposição de condições rigorosas à Alemanha.

e Pensões (CAPS) por categorias profissionais que, embora mais abrangentes, deixavam à margem os trabalhadores rurais e os empregados domésticos. Após 13 anos de discussão, no fim do governo Juscelino Kubitschek em 1960, foi promulgado a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS).

Na década de 1960, houve na previdência elementos que foram incorporados à centralização e criação em 1966 do Instituto Nacional de Previdência Social o (INPS), dando origem ao gerenciamento técnico-burocrático dos governos militares e a compra dos serviços médicos privados de saúde, privilegiando a assistência individual em detrimento da coletividade junto à expansão industrial farmacológica e de equipamentos médicos do setor.

Foi nessa nova conjuntura nacional dos governantes militares que houve a mudança de modelo econômico de concorrencial para o monopolista e a abertura de capital. Com isso, o modelo exigiu o controle da população pelo esvaziamento das reivindicações sociais, rebaixamento e arrocho salarial.

Como consequência, a política previdenciária foi acionada como mecanismo compensatório como: Acidente de Trabalho (SAT), Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) de 1971, inclusão dos autônomos e domésticos (1972/1973) e a Criação da previdência e Assistência Social (MPAS/1974). Em 1977, criou-se Sistema Nacional de Previdência Social (SINPAS), que transferia os programas de atendimento ao excepcional e ao idoso para a LBA.

Com o desgaste do governo militar, o arrocho salarial e as crises constantes do capitalismo, bem como o endividamento externo e muitas mobilizações sociais nas ruas precisaram do Estado para dar liberdade democrática.

Os governos militares foram fazendo a distensão e abertura política gradual e lenta que culminou na Nova República e, com a Nova Constituição na qual Previdência Social é definida como direito social no âmbito da seguridade social assentada no triple saúde, previdência e assistência, numa lógica de segmentar a população: saúde para todos; previdência para quem contribui e assistência para quem dela necessita. Isto contraria a concepção de direitos sociais e de cidadania.

No final da década de 1970 e 1980, houve a ofensiva neoliberal em países centrais, como Europa e EUA e, também, no Chile, onde a crise do petróleo da década de 1970 e a crise dos anos 1980 vieram respingar no Brasil a partir dos anos 1990 culminando com o governo Fernando Collor de Mello.

As estratégias defensivas aliadas às características históricas particulares que presidiram a revolução burguesa no Brasil tem incidido na dinâmica das relações entre o Estado e a sociedade de classes, especialmente a partir da década de noventa do século XX, alterando a forma assumida pelo Estado e a destinação do fundo público; a tecnologia e as formas de organização da produção de bens e serviços; o consumo e controle da força de trabalho e as expressões associativas da sociedade civil, entendida enquanto sociedade de classe (FERNANDES, 1975; IANNI, 1984).

É importante mencionar que o INSS foi criado justamente nessa conjuntura no final da década de 1990, com base no decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990 e mediante fusão do INPS.

A que se considerar, no entanto, o caráter contraditório das políticas sociais, resultantes de lutas de classes. Sendo, por um lado, parciais as respostas às reivindicações da classe trabalhadora e, por outro, uma legitimação política e viabilização econômica e social do capital, potencializando a extração de mais-valia e, também, a realização da mesma (SIQUEIRA, 1999).

Há, portanto, uma contraditoriedade das políticas sociais ao passo que legitimam a ordem hegemônica. Também são conquistas dos trabalhadores no atual contexto de avanço da ofensiva neoliberal, como aquelas conquistas historicamente obtidas e concretizadas com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e na Constituição Federal de 1988. Infelizmente, contudo, tais direitos estão sendo desmontados e precarizados, configurando-se como um retrocesso (SIQUEIRA, idem).

Com a neoliberal ocorrem desempregos, precarização do trabalho, privatização, individualismo das relações sociais, terceirização e conseqüente reestruturação do mundo do trabalho. Há, ainda, um rebaixamento dos salários em razão do exército industrial de reserva, que, segundo Gentil (2000)

fortalece o capital e o ataque as políticas sociais, restando a falaciosa ideia de quebra da previdência.

Sobre a falácia do mito de quebra da previdência, uma análise crítica do sistema previdenciário demonstra que esta incorpora-se ao pensamento neoliberal hegemônico no mundo a partir da década de 1980, sendo difundido pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para os países da periferia, por meio do consenso de Washington e da Escola de Chicago (CARCANHOLO, 1998).

Nessa esteira, o mundo do trabalho deve seguir tais recomendações, podendo ser sintetizadas em: disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimento direto ou estrangeiro; privatização; desregulação e propriedade intelectual (CARCANHOLO, idem).

As chamadas privatizações foram concretizadas nos governos FHC, Lula/Dilma e Temer, retirando direitos, diminuindo as verbas para as políticas sociais e arrochando o salarial para os países periférico com a chamada Financeirização da Economia.

2.1.2 A estrutura organizacional do INSS

A estrutura organizacional da agência executiva da previdência social-norte no estado do RJ possui cerca de trinta agências do INSS espalhadas por toda a cidade.

Todavia, no presente trabalho de conclusão de curso o intuito é identificar o funcionamento de uma Agência Executiva do Rio de Janeiro, na gerência localizada na região norte da cidade. Este posto da previdência social foi inaugurado em 29/09/2000, atendendo a todos os bairros da zona norte e, também, aos segurados da baixada fluminense que moram nas proximidades da Avenida Brasil.

O espaço físico do prédio do INSS onde eu atuei como estagiário é composto de 6 andares, todos com elevador para facilitar a transição de quem necessitam frequentar o ambiente.

Cada profissional tem sua sala equipada com todos os instrumentos necessários para exercer sua profissão. Há ar-condicionado, cadeiras com rodas, computadores, telefones, etc. Existem a equipe técnica com o pessoal da informática, eletricitista, faxineiros, etc. A fonte de recursos vem da União, pois, o INSS é ligado ao governo federal, que arrecada os tributos dos trabalhadores brasileiros.

O atendimento funciona de segunda a sexta-feira, das sete da manhã até as cinco da tarde. Os serviços são organizados por meio da central de atendimento pelo telefone 135 – serviço burocrático – ou pelo site da previdência social.

O funcionamento da central 135, por sua vez, ocorre de segunda a sábado das 7 às 22 horas. A finalidade da Gerência Norte são supervisionar, organizar e comandar a execução das Agências da Previdência Social (APS), localizadas na zona norte do Rio de Janeiro.

O usuário também pode agendar os Pedidos de Prorrogação (PP) e, Reconsideração (PR), emissão da Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) e os acertos de dados constantes do Cadastro Nacional de Informação Social (INIS0) pelo 135. Esses mecanismos remotos facilitam a estrutura organizacional da Agência.

A Agência Executiva também atua na coordenação dos conselhos da previdência social que foram elaborados e regulamentados pela Constituição Cidadã de 1988. Além disso, a referida instituição fiscaliza as questões jurídicas e extrajurídicas na qual sejam mandatários.

As condições de trabalho no INSS nas repartições públicas são razoáveis e a relação dos funcionários entre si também são boas, pois, afinal, dependemos uns dos outros no ambiente de trabalho. E o vínculo empregatício é com carteira assinada, com estabilidade profissional trabalhando oito horas por dia e o funcionário que possui alguma deficiência trabalha seis horas por dia. Observa-se que todos têm um segundo emprego que pode ser em outro ambiente sem ser o INSS.

No setor de reabilitação trabalham quatro assistentes sociais num total de sete na instituição trabalhando com um vínculo de carteira assinada de

servidor público de segunda à sexta-feira. As atribuições dos assistentes sociais do INSS são coordenar, elaborar, executar, supervisionar e auxiliar estudos, pesquisas e planos e programas e projetos na área de Serviço Social.

É importante mencionar que a missão da instituição é garantir a proteção dos trabalhadores e de suas famílias por meio do sistema previdenciário solidário com o objetivo de promover o bem-estar social.

De acordo como o que está organizado no site institucional, a Diretoria de Saúde do Trabalhador (DIRSAT) designará – por meio da portaria dos servidores das áreas de perícia médica e reabilitação profissional – o espaço sócio-ocupacional de assistentes sociais para atuarem como representantes técnicos. Como assinala Imamoto (2009, p.1) “pretende-se caracterizar o assistente social enquanto trabalhador assalariado e portador de um projeto profissional enraizado no processo histórico e apoiado em valores radicalmente humanos”.

A chefia de Saúde do Trabalhador (SST) está no topo da pirâmide sendo esta que designa as atividades realizadas pelos setores e também o papel de supervisionar os recursos humanos e financeiros, tendo plena autonomia para administrar e elaborar anualmente um plano de ação para área de saúde do trabalhador, em articulação com os médicos peritos e com o Serviço Social.

Ademais, acompanha e avalia a efetividade do plano de ação estrutural a fim de haver uma distribuição equitativa de trabalho. Os profissionais que atuam na política de saúde do trabalhador são subordinados administrativamente à Gerência Executiva e, tecnicamente, à diretoria de saúde do trabalhador.

Tem como limites os parâmetros, as prerrogativas e impedimentos que aferem a carreira do perito médico previdenciário, supervisionam o médico pericial e os atos normativos do INSS.

O INSS tem sido alvo constante de ataques do atual governo. Sendo esse o mandante político e atuante nas relações de poder, pode instituir e nomear o corpo dos agentes que exercerão a execução da organização. Observa-se que os gestores são nomeados segundo a alteração do governo,

ou seja, no Ministério da Fazenda há constantes alterações que prejudicam a estrutura organizacional da saúde do trabalho.

2.2 Perfil da população usuária dos serviços e programas

A população usuária é composta por trabalhadores em geral que contribuem para o INSS e que, em sua maioria, têm uma situação precarizada como, por exemplo, os profissionais dos correios, seguranças de carro forte – que pegam muito peso, e que colocam em risco suas vidas – e toda classe trabalhadora, cujas condições para exercerem suas funções são precárias.

O público alvo possui uma diversidade de todos os tipos culturais, plurais e que necessitam ser acolhidos, acompanhados e ouvidos com a qualidade que merecem, pois, o trabalhador que chega ao INSS é muito debilitado. Por vezes, são pessoas com dependência química e de álcool, precisando de um olhar diferenciado no setor de reabilitação.

Os tipos de benefícios que se vinculam ao INSS são: por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e especial, auxílio doença, salário família, salário maternidade e auxílio acidente. Trata-se da classe subalterna, que Marx e Engels (1998, p. 40) asseveram que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”.

Quanto os benefícios obrigatórios de empregadas domésticas, trabalhadores avulsos, contribuintes individuais, segurados especiais, pensão por morte e auxílio reclusão, dependentes dos segurados, benefícios indiretos cônjuge, companheiros, filhos, pais e irmãs não emancipadas.

O INSS é responsável, também, por avaliar os requerimentos e conceder ou não o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Trata-se de um benefício da Assistência Social e do Sistema Único de Assistente Social (SUAS), sendo um direito regulado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nº8,742; art. 20, de 7 de setembro de 1993.

O sistema previdenciário ao longo de sua história vem ampliando o número de trabalhadores filiados à Previdência, porém, os critérios de inclusão são diferentes e variam de categoria.

O acesso à Previdência Social está diretamente ligado à conjuntura do mercado de trabalho, ora os trabalhadores desempregados que não possuem renda são desfilados do sistema, ora estes excluídos – por vezes, integrantes do exército industrial de reserva – ficam a cargo das instituições filantrópicas subsidiadas pela sociedade civil ou serão protegidos pela política de assistência.

Em sua Lei Geral da Acumulação Capitalista, diz Marx: “quanto maiores as riquezas sociais, o capital em funcionamento ou volume e a energia de seu crescimento, portanto a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva.

A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências das riquezas e quanto maior finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva tanto maior o pauperismo oficial (BRAZ; NETTO, 2006).

Nessa esteira, Paul Singer (1975, p 54) assinala: “acumulação de capital é o processo pelo qual uma parte do excedente econômico é convertida em novo capital”.

O critério de participação do sistema da Previdência consiste necessariamente na obrigatoriedade da contribuição de todos os trabalhadores para a inserção nestes programas, corroborando para as continuidades das restrições impostas pelo ideário neoliberal, ou seja, ainda que seja uma prática que permita certa socialização da riqueza socialmente produzida, restringindo certos segmentos da população brasileira que necessita ou que esteja enquadrado dentro dos requisitos pedidos pelas exigências das agentes das previdências sociais.

Os demais trabalhadores que não se enquadram dentro dos padrões propostos de seletividades dos pobres e entre os mais miseráveis não têm direito a nenhum tipo de proteção social, nem da Assistência e nem tão pouco da Previdência. O Serviço Social na estrutura da instituição tem como uma das atribuições dar informações sobre os direitos aos segurados (usuários) para que possam inseri-los em algum benefício ou política social que tenham direito.

Todavia, tal direito exige longas avaliações dos órgãos responsáveis por essa função.

Para Yamamoto (2009, p. 2):

Nesse cenário, a “questão social” e as ameaças dela decorrente assumem um caráter essencialmente político, cujas medidas de enfrentamento expressam projetos para a sociedade. A ampliação exponencial das desigualdades de classe, densas de disparidades de gênero, etnia, geração e desigual distribuição territorial, radicalizam as “questões sociais” em suas múltiplas expressões coletivas.

Os objetivos dos programas e projetos do INSS são o atendimento às expressões da “questão social” e o público alvo são os trabalhadores. De acordo com a legislação e com a Constituição Federal de 1988, os direitos previdenciários são citados em seus artigos 193, art. 195, art. 196, que abordam a saúde; o art. 201 e art. 202, 203 defendem a assistência, de maneira que não focalizam a classe pobre no seu todo, mas uma parte dela. Sendo o alvo deste descaso os trabalhadores menos remunerados da população.

Tais trabalhadores, por vezes, fragilizados e doentes – devido aos longos anos de labor – exerceram trabalhos difíceis, enfrentando a precariedade de recursos para exercerem suas atividades podendo até mesmo acarretar em doenças não somente físicas, como, também, psicológicas.

A crítica a esse tipo de intervenção do Serviço Social é olhar o sujeito na sua subjetividade como sujeito de direito; não com preconceitos, ou como pobres coitados ou até moralizando sua demanda.

É importante destacar que as demandas mais frequentes são doenças como câncer, vícios em drogas, problemas de coluna, joelho e doenças psicológicas que os afetam em razão de sua trajetória no trabalho.

Logo, o Serviço Social de reabilitação solicita o curso no SENAC para aqueles que estão afastados do trabalho ou solicitam outro tipo de função em treinamento na empresa com o objetivo de mudar de função dentro da mesma instituição.

Em casos mais graves, a equipe de assistentes sociais pode solicitar ao médico perito que avalie a pessoa de forma mais detalhada para lhe solicitar aposentadoria. Os médicos peritos de clínica geral com outros médicos especialistas na doença podem concluir o pedido de aposentadoria da vítima.

Essa é uma relação de grande poder que o médico possui e, por vezes, são médicos conservadores, preconceituosos que não analisam a situação de doença da pessoa em sua totalidade, chegando até mesmo fazer uma análise indevida.

Para Fávero (2009, p. 2), há muitos processos judiciais nos quais decisões e sentenças, na maioria das vezes, determinam mudanças de história de vida do trabalhador doente, vendo-o como “picareta e preguiçoso” ou mau caráter.

Nossa relação também é interdisciplinar com outros profissionais: médicos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiras, dentre outros. Como assinala Bisneto (2007, p. 15):

A problemática da interação de saberes nas equipes multiprofissionais visando a interdisciplinaridade constitui-se motivo de debate no Serviço Social em saúde mental. A prática mostra que além das intenções pessoais e dos interesses corporativistas, há dificuldades da interlocução quando se usam paradigmas diferentes.

As principais atividades são: atender as demandas, fazer pesquisas de estudos para se obter elementos que asseguram o reconhecimento de direitos dos usuários comprovando a veracidade das informações relatadas pela pessoa que está indo em busca dos seus direitos do usuário comprovando a veracidade das informações relatadas pela pessoa que está indo em busca dos seus direitos como trabalhador ou necessitado da ajuda do governo em parte de alguma necessidade social.

As dimensões que Fávero (2009, p. 20) refere-se são os “instrumentos técnico-operativos: fundamentos para a instrução social; ético-político (poder), teórico-metodológico (saber) e técnico-operativo (fazer), as quais interagem enquanto mediações da prática profissional”. O parecer social é um dos instrumentos utilizados pelo assistente social dentro do INSS.

É importante mencionar que o estudo social que fundamenta a elaboração do parecer social é de caráter sigiloso e armazenado em prontuário próprio do Serviço Social. Para a realização desse estudo o assistente social pode fazer entrevistas ou visitas técnicas institucionais ou domiciliares.

É de competência exclusiva do assistente social a escolha dos instrumentos que serão utilizados na elaboração do estudo social, que deve ser apresentado com formulários específicos denominado parecer social.

A pesquisa social é outro instrumento técnico fundamental para a busca do conhecimento crítico e interpretativo da realidade, favorecendo a identificação das demandas dirigidas ao INSS. E, ver o perfil socioeconômico e cultural dos segurados (usuários). E o outro instrumento é o telefonema para marcar entrevistas ou avisar sobre o grupo informativo (GI) ou dar alguma informação de caráter relevante para o segurado.

Outro instrumento importante são as entrevistas que acontecem com hora marcada ou não e de forma sigilosa, como preconiza o nosso Código de Ética, de 1993, em seu capítulo sobre o sigilo profissional nos artigos 15,17 e 18.

É de suma importância destacar que os instrumentos e técnicas profissionais devem vir com uma perspectiva crítico-dialética. Santos Noronha (2001, p. 49) defendem que “o conhecimento das técnicas é muito importante no uso dos instrumentos, mas, a técnica em si não garante uma competência profissional e, portanto, é nesse contexto que o projeto ético político da profissão enfatiza alguns elementos que se referem aos instrumentos e técnicas da intervenção. Não se esquecendo das outras dimensões, como a teórico-metodológica, a dimensão ético-política e o caráter investigativo.

Para Bisneto (2007, p. 67):

O INSS pode ser uma instituição ideológica que congrega as relações sociais que dão um significado a vida humana. Abrange as representações sociais e individuais, as ideologias, a cultura, o simbólico, a linguagem, etc.

Por fim, os programas oferecidos no INSS são o Benefício de Prestação Continuada (BPC), auxílio doença, auxílio acidente e passagem para pagar cursos, que os segurados muitas vezes não têm como pagar entre.

2.3 Análise das propostas de intervenção profissional das equipes

Com relação ao Projeto de Intervenção Profissional em Serviço Social no INSS, há uma profunda necessidade de os segurados terem acesso à informação e aos documentos para adquirirem seus benefícios e seus direitos, buscando por garantir a cidadania.

O intuito deste projeto de intervenção – elaborado para a disciplina de OTP 3 – foi compreender que há uma demanda ampla que assola nossa sociedade relacionada ao acesso à informação, a direitos e à cidadania.

Não tive a menor pretensão de esgotar o tema quando elaborei o projeto. O objetivo, como dito, era demonstrar a importância do acesso à informação e a direitos, que não deveria ser somente para pessoas privilegiadas ou para quem tem acesso a uma educação de qualidade.

No setor de reabilitação profissional do INSS há uma demanda que acontece muito a dos segurados, por vezes, por não terem uma boa escolaridade, terem dificuldades ou não saberem organizar todos os documentos necessários. Então, os segurados caem na armadilha dos “caçadores de níqueis”, que são os advogados particulares que cobram uma fortuna de pessoas que, muitas vezes, não tem condições financeiras para pagar.

Logo, esses advogados ficam com seus cartões de aposentadoria recebem seis parcelas e os aposentados ficam até passando necessidades sem seus pagamentos. Trata-se de uma forma de agiotagem legalizada, visto que os usuários ficam na mão dessas pessoas mal-intencionadas, isto é, reféns de interesses de grupos organizados.

Para Carlos Nelson Coutinho (1994, p. 66):

A vida estatal deve ser concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios nos quais os interesses do grupo dominante predominam, mas até certo ponto, não até o restrito interesse econômico-corporativo.

A falta de políticas públicas para saúde do trabalhador como, por exemplo: os segurados com sequelas da Covid-19, que tenham ou passam por qualquer doença é um processo muito perverso.

É preciso um acompanhamento ao assistido e a garantia de ser acolhido com a presença do Estado, para que a saúde do trabalhador seja restabelecida com qualidade, especialmente quando há doenças que deixam sequelas. Assim, temos que seguir o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (CF/88, art., 1- inciso III).

Nesse projeto de intervenção – a ser desenvolvido com trabalho árduo e afincado – dirige-se aos segurados com suas demandas dentro do setor de

reabilitação profissional no INSS com sua Lei de 8, 213 de 24 de julho de 1991. A lei da reabilitação profissional nos ampara junto a Constituição Federal de 1988, ao nosso Código de Ética, dentre outros autores com essa crítica social marxista relatando a saúde física e mental do trabalhador, as lutas de classe, o acesso à informação, à cidadania e a seus direitos; fazendo imperar mais democracia nas vidas dessas pessoas.

Com a proposta de ter também dentro do INSS nos plantões de reabilitação, além dos profissionais interdisciplinares, advogados e estagiários na área de direitos e pedagogos para auxiliar o acesso à informação e ter cartazes nas repartições e dependências do estabelecimento orientando os segurados com questões documentais para que desta forma os mesmos não caiam mais na armadilha de advogados rábula mal-intencionado.

A situação política atual nos mostra claramente que a apresentação da faceta mais covarde do velho Estado brasileiro é a única solução que as classes dominantes hegemônicas escolheram para tentar superar a profunda crise política, econômica e militar que atinge o nosso país.

A eleição do ex-capitão reformado, Jair Bolsonaro (PSL), amparado por décadas em um Congresso Nacional (falido moralmente), teve como base impulsionada a intervenção militar no Rio de Janeiro, expressando o desdobramento de lutas de classe dentro desse cenário de eleição burguesa.

O nosso sistema educacional prioriza um método de exclusão da população, da classe trabalhadora e seus filhos, que não tem acesso a uma boa educação, pois para ter acesso a uma boa educação precisa-se de investimentos.

Além disso, é importante pagar um salário melhor e mais digno ao profissional de educação e toda sua rede. Aumentar a remuneração já seria uma pequena revolução, mas, infelizmente, nossas elites são covardes e nunca foi revolucionária porque podem pagar educação para seus filhos.

Aos filhos dos trabalhadores o que resta é um péssimo acesso à educação, que seria algo para emancipar e escapar das armadilhas da sociedade capitalista, pois saída seria os filhos da classe trabalhadora ter acesso a uma boa educação. Para isso, o governo deveria investir 50% do

Produto Interno Bruto (PIB) com condições de trabalho dignas, liberdade e autonomia para os nossos professores.

No setor de reabilitação profissional do INSS há ampla demanda por informações. Os assistentes sociais e outros profissionais informam aos usuários que não precisam ir a terceiros ou recorrer a intermediários (como advogados) para acessar seus direitos, como: auxílio doença ou acidente trabalho e para dar entrada em suas aposentadorias.

São direitos assegurados pelo respaldo da Lei 8. 213, de 24 de julho de 1991, ou seja, a lei da reabilitação profissional, em situações nas q u a i s o s trabalhadores não têm mais condição de trabalhar ou fazer esforços por estarem inválidos.

Contudo, mesmo com o esforço da equipe de Serviço Social em socializar as informações, no setor de reabilitação e em todo o INSS há uma enorme falta de informação para a classe trabalhadora.

Isto acontece porque nossos segurados, muitas vezes, não tiveram uma educação de qualidade. Para Marx e Engels (1848, pagina 207), em seu célebre Manifesto do Partido Comunista: “O Estado funciona como o comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Assim, a classe trabalhadora paga altos impostos no Brasil, mas, tem acesso somente às migalhas que sobram desse Estado mínimo dentro do Estado neoliberal.

Acesso à informação e direitos à cidadania são dimensões dentro do trabalho do Serviço Social, porque esse é um desafio de nossa profissão, ou seja, informar e propiciar acesso à cidadania, garantindo direitos à classe operária para sua emancipação.

Nossa Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, nos respaldam em seu artigo 3º e inciso III o direito à erradicação da pobreza, da marginalização e da redução das desigualdades sociais e regionais. A Constituição assinala, também, que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse.

Portanto, não basta somente ter acesso ao número de telefone 135, que, inúmeras vezes, só fica ocupado. Além de aprimorar a qualidade do serviço de telefonia, no INSS deveria haver advogados e estagiários para que os segurados pudessem acessar seus direitos e benefícios, compreendendo a

tamanho burocracia que se exige cumprir antes de acessar os benefícios dos quais a classe trabalhadora tem direito.

Como não há na instituição essa assessoria jurídica, os trabalhadores ficam reféns de advogados e caçadores de níqueis que levam uma fortuna dos segurados.

Na instituição, há uma ampla gama de profissionais que falam para os segurados que não precisam pagar para ter acesso às informações, porém, os segurados, mesmo assim, por ingenuidade ou acreditando na celeridade dos processos “caem” nas mãos desses advogados por não terem clareza das informações e instruções acerca do benefício do qual têm direito de receber. Isso já foi dito antes, mas não existem políticas públicas para com essas questões, e o governo não se importa de modo algum se o cidadão tem acesso ou não ao seu benefício.

2.3.1 A equipe do INSS proposta neste projeto de intervenção

- Assistente social;
- Terapeuta ocupacional;
- Assistente administrativo;
- Advogados e estagiários.
- Estagiários com habilidades para manejo de computadores e internet.
- Médicos que fazem perícia rápida e eficaz para que os segurados não caiam na burocracia que dentro da sociologia weberiana coloca a burocracia como “ apenas uma forma de organização administrativa, mas, como uma forma legítima de domínio” (FONSECA ,1996, p. 11).

2.3.2 Público Alvo

São usuários trabalhadores que, muitas vezes, estão fragilizados por doenças físicas ou mentais, que procuram seus direitos e informações em torno dos mesmos. São funções do INSS: imprimir e anotar os documentos e

atuar nas questões, providenciando a “juntada” de documentos necessários ao andamento do processo sem burocracia e demora.

Fávero (2009, p. 5) reforça que é imprescindível considerar que “o caso” em um estudo social não é “um caso”, ou seja, ele tem sua condição singular, pois, a sua construção é social, histórica e cultural. As influências familiares, os condicionantes culturais, as determinações sociais relacionadas ao mundo do trabalho. Às políticas sociais, ao território onde vive, particularizam-se em sua história e explicam sua condição presente.

2.3.3 Recursos Necessários no projeto de intervenção

- Equipamentos de computação;
- Impressora para imprimir os cartazes e os documentos necessários aos usuários;
- Outras ferramentas como telefones para informar os usuários;

Em conjunto com esses componentes da ação, define-se a metodologia operativa, como conhecer, agir, informar e documentar ao que é solicitado o domínio dos instrumentos técnico-operativo (FÁVERO, idem).

2.3.4 Atividades previstas no projeto de intervenção

A classe trabalhadora precisa ter acesso à informação e aos seus direitos. Por isso, a importância dos cartazes que estão colados dentro do INSS. A realidade e o cotidiano de trabalho, muitas vezes, são precários, com baixo salário e desemprego, que são de realidades de todos os trabalhadores que buscam acessar seus direitos dentro do setor de reabilitação profissional do INSS.

O trabalhador pagou a contribuição previdenciária a vida toda. Logo, quando necessita de informação e direitos não pode ter tais direitos negados ou terá que pagar duas vezes pelo que tem por direito em lei.

Os objetivos são do projeto de intervenção são: propiciar informação de qualidade e reduzir dúvidas, ruídos e falhas no processo atendimento e atendimento à população usuária.

2.3.5 Periodicidade

Deve ser perene, pois a informação deve ser sempre oferecida, nunca negada e ser exercício primordial do assistente social como outras profissões.

Concluo dizendo que essa proposta de intervenção, diante desse atual governo fascista e com uma ofensiva neoliberal, quer objetiva fazer várias contrarreformas para a retirada de direitos já consolidados da classe trabalhadora.

Por fim, são as perdas para o trabalhador que também tem que se esforçar para se manter informado e sempre ter “consciência de classe” para que possa brigar pelos seus direitos reais e ter uma melhor condição de vida e se emancipar.

Nesse sentido, esse projeto de intervenção vai ter uma árdua tarefa, pois entrará em conflito de interesses dos “advogados que ficam na porta do INSS, caçadores de níqueis”, nos quais o trabalhadores e usuário, às vezes, morrem porque esses advogados pegam os cartões dos idosos e ficam recebendo por meses os benefícios como forma de pagamento, num verdadeiro processo de agiotagem, sugando os trabalhadores sem informações e por profissionais mal-intencionados.

Daí a necessidade como reforça Fávero (2009) da constante atenção e do compromisso técnico, político e ético do assistente social, para dar conta de uma ação que de fato tenha como direção a efetivação de direitos e não venha a se estabelecer como uma inquisição em busca de punição disciplinamento ou enquadramento moralizante.

Portanto, o INSS com seus problemas e burocracia, com a falta de profissionais e governos que não fazem concursos para diminuir o desemprego e dar oportunidades, tanto para população ter acesso ao bom emprego e servir a população, quanto para desafogar o INSS, dando informação para melhorar o atendimento ao usuário.

Só para reiterar que eu fiz meus quatro estágios nesse setor de reabilitação profissional no INSS. Aprendi muito com essa experiência ímpar, apesar das contradições, do deslocamento e dos conflitos com meu supervisor de estágio. Era muito longe de minha residência e tinha muitos gastos com tempo de transportes e custos com alimentação, pois o estágio não possuía nenhuma ajuda de custo. Logo, por meu projeto ter ficado só no papel não foi possível fazer avaliação e monitoramento das atividades do projeto e os indicadores não foram usados.

No mais, foi de muita importância ter sido estagiário em uma instituição de renome como o INSS, de reconhecimento histórico, ter atuado e poder ter visto quase todo o tripé de atuação do Serviço Social: assistência previdência e saúde.

Além disso, pude conviver num ambiente interdisciplinar com vários profissionais e o mais importante foi atuar na ponta, ou seja, atuar diretamente com o usuário e as mazelas da “questão social”.

Por fim, foi de grande relevância para minha formação profissional e vislumbro num futuro próximo ver um país mais próspero e com uma maior distribuição de renda, que diminua as desigualdades da população e da classe trabalhadora.

Para isso, só rompendo com Estado burguês e formando um novo projeto societário de um Estado mais social, com mais empregos e salários com mais dignidade e direitos para classe trabalhadora, acabando de vez com a mais-valia, com a exploração capital/trabalho e aumentando mais o tempo de ociosidade de lazer para que a classe trabalhadora possa pensar em até ter tempo de estudar e melhorar sua capacitação e se colocar melhor no seu ramo de trabalho com uma melhor capacitação.

2.3.6 Tensões e desafios antecipados na implementação do projeto de intervenção

Como nosso sistema educacional é falho porque são investidos pouco menos de 3% do PIB para educação, é lógico que isso o trabalho do INSS

deixa muito a desejar, em razão de um ensino defasado, que dificulta a classe trabalhadora uma maior compreensão de seus direitos.

Ter acesso à informação não deve ser só para grupos ou pessoas privilegiadas dentro de nossa sociedade, mas deveriam ser democratizados tais acessos a informações e direitos, pois é isso que gera cidadania e emancipação política e econômica do cidadão.

No que diz respeito aos direitos humanos, o conflito será gerado porque grupos e profissionais dentro do INSS têm visões que nem sempre são orientadas para o acesso e consolidação da cidadania. Também não irão gostar desse projeto os “advogados de porta que ficam no INSS e os papaleiros que dão santinhos na entrada da referida instituição.

Como menciona Favero (2009 p. 3), o processo burocrático para se conseguir determinado benefício refere-se ao “conjunto de peças que documentam o exercício da atividade jurisdicional em um caso concreto”, isto é, o conjunto dos documentos, denominados usualmente de provas, que constituem os autos processuais. Tais provas são obtidas de diversas maneiras e, geralmente, são constituídas por documentos que as pessoas envolvidas juntam ao processo (prova documental) diretamente ou por meio de advogado.

Isso acarretará um amplo conflito de interesse e tensões com esses advogados, que irão pleitear e com alguns funcionários do INSS que tenham interesses escusos junto a esses advogados.

Dessa forma, os direitos humanos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos Cidadãos, de 1789, e na declaração de Virgínia, de 1776, são chamados de direitos de 1ª geração, uma vez que são vistos como inerentes ao indivíduo, precedendo o contrato social” (FONSECA, 1996, p. 23).

O direito à informação é considerado como “direito de 1º geração, que antecipa na Declaração de 1789, o direito à informação encontra-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, na sua primeira formulação” (FONSECA, idem, p. 27).

O Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo na realidade social; por isso, tem sido requisitado para atender as demandas do sistema

capitalista nas diversas formas de expressão da questão social e da luta de classes (GARCIA, 2008, p. 150).

Sobre a luta de classes, diz Hobsbawm (2002, p. 399): “classe social é elemento tão segregado de experiências quanto a distância, a cultura ou a língua”.

No que diz respeito às tensões e conflitos dos interesses do capital, ganhos, perdas e suas contradições, diz Mészáros (2011, p. 95), “a dificuldade não está apenas no fato de os perigos inseparáveis do atual processo do desenvolvimento serem hoje muito maiores do que em qualquer outro momento, mas, também, no fato de o sistema do capital global ter atingido seu zênite contraditório de maturação e saturação”.

2.4 Algumas impressões sobre o campo de estágio

Reitero, por fim, que os segurados não têm informações claras de seus direitos quanto cidadãos que têm colaborado tanto de forma braçal como com tributos ao governo corrupto que não retorna com serviços de qualidades para a classe trabalhadora.

Como diz Santo: Ao implementar o processo de conhecimento a partir da percepção sensorial para em seguida passar para o nível conceitual e finalmente chegar ao manuseio abstrato do real é atribuir a primazia da prática da investigação a experiência, aos dados a sequências com relação ao registro a ficha, portanto ao empirismo” (SANTOS, 1993).

Também nesse pensamento, Ortiz (2005) nos explica que:

Conhecer com intuito de transformar, pois entendemos que o método de investigação da realidade é uma tarefa das mais árduas, vista a frequentar reprodução do utilitarismo burguês e, sobretudo, da maneira capitalista de pensar. Porém, absolutamente imprescindível aquele que acreditam que o outro mundo é possível.

Enfim, a instituição do INSS, ao longo de sua história e transformações, evoluiu bastante, mas devemos observar que ainda não está na totalidade dos direitos para todos, pois as políticas sociais são focalizadas e pontuais. Deve ser para o coletivo da população trabalhadora que tem poucos direitos reconhecidos pelo atual governo, que vem fazendo reformas que prejudicam principalmente a classe trabalhadora, ameaçando acabar com a categoria dos assistentes sociais e o Serviço Social no INSS.

Há assistentes sociais no setor onde fiz estágio que são pragmáticos, só fazem o básico e trabalham com má vontade, não sendo interativo, sua produção é duvidosa e sempre reproduz o que o capital quer. Tem a questão das faculdades particulares e de ensino à distância que formam sem qualidade seus profissionais e sem uma visão crítica da realidade nacional.

De acordo com o CRESS (2000), a categoria não deve ficar parada nesse processo contraditório, exercendo o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população usuária e com o aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional. “São esses princípios que norteiam nosso código de ética a de liberdade, equidade, totalidade, e direitos para a classe trabalhadora” (Código de Ética, 1993).

É importante dizer que a alta burguesia e a grande mídia corporativa querem implementar reformas que vão prejudicar a sociedade pobre no seu todo. Não tem dúvida que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculada a projeto de transformação da sociedade e essa vinculação se dar pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional (BRAZ,1999).

O componente que materializa o projeto ético-político é o entendimento dos elementos constitutivos que emprestam materialidade ao projeto em três dimensões da produção de conhecimento no interior do Serviço Social. Como explica Braz (idem), “a política organizativa da categoria e a dimensão jurídico-política da profissão”.

No mais, nossa economia e a política brasileira precisam de mais investimentos para educação, saúde e segurança pública, pois, o nosso país fica à mercê de uma política fiscal que visa o superávit primário. E o mito da quebra da previdência é cada vez maior, pois, o governo desvincula recursos da saúde, da educação e da seguridade para outros fins.

A desvinculação de recursos é realizada via Fundo Social de Emergência (FSE), Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e Desvinculação das Receitas da União (DRU). Esta última criada em 1994/1995. Cada vez mais ocorre o arrocho salarial e reformas que prejudicam a população pobre.

Não precisamos de reformas, mas de um novo projeto societário que oportunize um novo rumo à nação, rompendo com a velha política. Poucas

peças irão se aposentar porque a carteira assinada quase ninguém tem e se aposentar também vai à mesma esteira do sub-emprego e da cultura do desemprego que só rebaixa cada vez mais o salário de fome e miséria e precisa de regulamentação as pessoas que são micro-empendedoras (MEI).

As pessoas que trabalham com aplicativos de entrega e de transportes alternativos, isso é, a nova roupagem da exploração do trabalho conhecida como a uberização da nova forma da economia burguesa, que reforça “a questão social” e a exploração do ethos burguês, que visa o lucro e sucateia cada vez mais o INSS.

Precisamos mudar a forma de o estado brasileiro arrecadar porque os impostos recaem sobre a classe trabalhadora e não tiram das grandes fortunas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Agora queria entender-se com Sinhá Vitória a respeito da educação dos pequenos. Certamente, ela não era culpada. Entregue aos arranjos da casa, regando os craveiros e as panelas de losna, descendo ao bebedouro com o pote vazio e regressando com o pote cheio, deixava os filhos soltos no barreiro, enlameados como porcos. E eles estavam perguntadores, insuportáveis. Fabiano dava-se bem com a ignorância. Tinha o direito de saber? Tinha? Não tinha. - Está aí. Se aprendesse qualquer coisa, necessitaria aprender mais, e nunca ficaria satisfeito... (Vidas Secas. Graciliano Ramos, 2013, p. 13).

Eu fui o primeiro e o único da minha família a ingressar em uma universidade pública, após cursar um pré-vestibular para negros e carentes durante mais de 4 anos, localizado próximo da minha residência.

Nesse sentido, penso que o Estado burguês já deveria ter acabado com a meritocracia no vestibular, ampliando o número de faculdades e colocando unidades nas periferias e núcleos que estivessem ligados às faculdades dos grandes centros urbanos brasileiros.

Desde os primeiros anos da minha formação escolar, enfrentei sérias dificuldades porque pagávamos aluguel e vivíamos nos mudando de residência, Fatores que colaboram para eu terminar o Ensino Fundamental e Médio já em uma idade muito tardia. Também fiquei cinco anos sem estudar porque precisava seguir trabalhando.

Quando escrevo a minha história, lembro-me da obra “Vidas Secas” de Graciliano Ramos e da peregrinação do povo nordestino em busca de sobrevivência e fugindo das secas do árido sertão.

Entrei para a faculdade aos meus 38 anos de idade. Já neste período, tive que trabalhar de modo informal e, por diversas noites, dormia no Diretório Central dos Estudantes (DCE). Quando era impedido por seguranças do campus Praia Vermelha, dormia durante inúmeras noites em banco dos hospitais que ficam próximos da faculdade e, também, no centro da cidade.

Sou morador da Baixada Fluminense e hoje me encontro em uma residência fixa, porém, muito longe da faculdade, razão pela qual eu dormia nesses lugares que ficavam localizados perto da universidade. Os transportes possuem tarifas muito caras e demoram muito tempo. Durante o percurso, lembro que eu lia meus textos dentro dos transportes para ganhar tempo e já ir

adiantando as leituras e o entendimento sobre o que era proposto pelos docentes.

O estudante que entrava na UFRJ – como eu entrei há alguns anos atrás e até os dias atuais – não conhecia as políticas de Assistência Estudantil, por não haver uma maior divulgação de tais políticas, que deveriam ser mais divulgadas, especialmente, para os alunos iniciantes.

Sabemos que a assistência ao estudante não é algo recente na pauta da educação brasileira. Muitos pesquisadores apontam que suas primeiras ações no cenário nacional são aquelas advindas em consonância com os implementos das primeiras universidades públicas, como a Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, ainda sob o governo Vargas.

Tratava-se de um importante mecanismo da assistência estudantil, que, naquela época, concentrava-se em programas de alimentação e moradia, com o foco sobre os estudantes com maiores dificuldades financeiras (KOWALSKI).

Quando eu entrei e fui matriculado para o segundo semestre, não sabia que havia bolsa ou qualquer política social para alunos com os problemas econômicos como eu.

Passado um tempo, fui até a Reitoria expor minha situação e falei com a secretária da Reitoria, relatando que eu era um estudante de Serviço Social, estava desempregado, era morador da Baixada Fluminense e que estava difícil frequentar as aulas.

Na época, fui orientado a falar com um técnico da Divisão de Apoio ao Estudante (DAE) para que eu recebesse uma bolsa emergencial. Neste setor, deixei meus dados bancários e depois de alguns dias passei a receber uma bolsa emergencial.

No entanto, depois de muitos anos na graduação, percebo que aquela forma de particularismo e clientelismo não deve ser defendida, em nenhuma hipótese. Deveria haver maior transparência e respeito aos trâmites institucionais e aos editais de bolsas e auxílios estudantis, pois uma pessoa não pode de maneira individual receber um benefício.

De qualquer modo, é necessário haver maior divulgação para que os alunos em condições mais carentes tenham orientação para adquirir tais benefícios, evitando, assim, esse clientelismo burguês.

Desde o governo Temer até o atual, as universidades públicas e os institutos federais vêm sofrendo inúmeros golpes, sucateamentos e profundos cortes orçamentários, piorados com a pandemia de Covid-19.

Nós estudantes estamos enfrentando dificuldades maiores do que antes da pandemia. Passamos dois anos sem frequentar, de forma presencial, os âmbitos da faculdade. As aulas remotas com transmissão via internet possuíam um péssimo sinal, mesmo o governo de forma tardia distribuindo chips, não havia uma boa transmissão.

Não se faz Educação sozinho. Faz-se com compartilhamento, apoio coletivo e diálogo. E quando se fala de educação pública, fala-se em amparo do Estado, com maciço investimento que deveria ser de 30% a 40% do PIB.

Isto não seria utópico, mas um direito da classe trabalhadora para libertar o povo da alienação e do niilismo. Só com educação será possível livrar-nos das armadilhas da vida e, como diz Paulo Freire (1975, p. 27), “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho; os homens se libertam em comunhão!

Gostaria de mencionar a universidade foi bastante tolerante comigo, pois, fui assistido com a bolsa auxílio durante dez anos. Além disso, sou muito grato por estar em uma universidade de excelência, com bons, bem formados e bem preparados professores.

Entretanto, a bolsa auxílio não tem aumento há mais de sete anos e seu valor é bem menor do que o salário mínimo, dado pelo governo federal. Isto dificulta muito a vida do estudante da classe operária e morador distante, pois inúmeros estudantes residem a cerca de 50 km da universidade, como é o meu caso, morador da Baixada Fluminense.

Muitos estudantes, enquanto estão cursando a faculdade, ficam impossibilitados de trabalhar em um emprego das 08h00 às 17h00, sem conseguir garantir, assim, pelo menos um salário mínimo para a sua sobrevivência.

Em resumo, ou se estuda ou se trabalha, pois não há como conciliar as duas tarefas. Por isso, penso que a bolsa auxílio deveria ser um salário mínimo para que, deste modo, todo alunado pudesse ter condições de arcar com xerox, compra de livros atualizados, passagens para a universidade e alimentação. Além disso, a bolsa poderia custear os gastos com o estágio obrigatório, na maioria das vezes, não renumerado, como foi o meu caso e o de muitos colegas.

Conforme se observa, são inúmeros gastos até se chegar à conclusão final da formação acadêmica. Como ainda não são direitos constitucionais, muitas pessoas criticam os alunos por acessarem políticas de assistências estudantis e por terem bolsa, moradia e auxílio-alimentação.

Infelizmente, são poucos estudantes da UFRJ que conseguem ser contemplados por essas políticas. Em relação à demanda de estudantes bolsistas que frequentam a faculdade, as críticas de quem questiona a assistência estudantil recaem argumentos falaciosos e reacionários, dizendo que os alunos usam tais benefícios para uso de entorpecentes, bebidas alcoólicas ou outras finalidades ilícitas e fúteis. Isto não é verdade. Trata-se de uma visão moralizadora e conservadora das expressões da questão social que, também, estão presentes na vida do alunado pobre.

Gostaria de destacar que a minha trajetória e formação política e de vida tem relação com os pré-vestibulares para negros, negras e carentes. Acompanho, ainda, alguns partidos políticos progressistas que criticam o “ethos societário burguês”.

Todas as barreiras que o sistema capitalista impõe na vida dos estudantes pertencentes à classe subalterna vão excluindo as possibilidades de os mesmos terem a sua formação acadêmica e profissional concluída.

Os inúmeros conflitos gerados pelas enormes desigualdades sociais desembocam novamente em um ciclo de pessoas excluídas, marginalizadas, frustradas visto que muitas delas não conseguiram concluir o curso.

Vi muitos dos meus colegas de turma trancarem ou desistirem dos seus sonhos de se formarem numa universidade pública, principalmente, por não conseguirem mais suportar a carga exigida pela brutalidade injusta deste sistema capitalista perverso e bárbaro, nos termos de István Mészáros.

Este controle estratégico é garantido, em primeiro lugar, pelo assombroso grau de concentração e centralização a que chegou a economia mundial. O Estado capitalista participa pouco da conjuntura da educação como um todo, ou seja, da infância escolar até a mais elevada formação do alunado na sua vida educacional. No meu município, por exemplo, onde resido (Baixada Fluminense), há poucas escolas

Escola técnica pública quase não tem e universidades públicas também não. Há somente um polo com poucos cursos e as faculdades em maior número são todas particulares. Assim, deveria ter mais escolas e faculdades mais próximas das periferias, exatamente onde vivem as classes menos favorecidas.

Na opinião de Justino de Sousa Junior (2010), como consequência, a educação formal dos trabalhadores – educação profissional incluída – não é senão voltada à pequena classe trabalhadora, com meio de qualificação para as relações assalariadas formais e estáveis, tal como se colocaram até as portas do século XXI.

Para a grande maioria, a educação representa a antessala para o mundo das incertezas, para as ocupações efêmeras desregulamentadas e não oficiais que compõem um mundo subalterno, isto é, o subsolo da civilização do capital, sem qualquer garantia e sem as mesmas possibilidades de constituição de uma classe para si como o mundo formal do trabalho capitalista apresentara outrora. (SOUSA JUNIOR, idem, p.149).

No meu caso, recebi a bolsa da UFRJ durante 11 anos e entendo que sem a qual eu não teria conseguido jamais estudar numa das maiores e melhores universidades do Brasil. Contudo, o valor da bolsa está bastante defasado e continua bem abaixo do salário mínimo, mas que me auxiliou no meu cotidiano de faculdade. Porém, só com ela seria impossível continuar no âmbito da universidade que ainda é muito elitista e excludente, pois não vemos índios e negros são poucos.

Além disso, a comida é muito cara e o bandeirão sempre possui filas quilométricas. Não tem como fazer refeições em restaurantes dentro dos Campi, pois o valor da comida está muito acima das condições dos estudantes. Às vezes, a biblioteca não tem os livros que precisamos. Então, penso que a

UFRJ ainda não é para a classe trabalhadora (se seus filhos) e que residem muito longe da faculdade.

Tenho que me deslocar de onde eu vivo – durante horas enfrentando péssimas condições do transporte coletivo – enquanto a classe burguesa pega somente um ônibus enquanto. Por um lado, a classe trabalhadora utiliza até três conduções; por outro, a burguesia tem carro com ar condicionado e reside nas imediações da Praia Vermelha.

Reitero que a universidade é elitista porque não vemos muitos estudantes trans, PCDs e não tem creche para as mães estudantes colocarem suas crianças. E ainda enfrentamos todo dia o racismo estrutural e o racismo religioso, pois, ainda há poucos professores negros e são poucas as disciplinas que debatem a diáspora negra...

Para continuar na faculdade, precisei trabalhar com atividades informais, como reciclagens de materiais dentro do próprio Campus Praia Vermelha. E, como mencionei, precisei dormir muitas vezes no DCE, quando os guardas da Divisão de Segurança (DISEG) deixavam ou não me viam, pois pernoitei mesmo de forma clandestina. E quando me viam, me colocavam para fora. Então, eu ia embora e procurava um hospital ou uma das Unidade de Pronto Atendimento (UPA) para passar a noite.

Por ter aulas praticamente todos os dias e em horários diferenciados e, às vezes, muito cedo ou muito tarde da noite, eu não tinha mais condições de voltar para casa. Até mesmo a minha higiene pessoal, como tomar banho, era precária. Ter uma noite para descansar com qualidade de sono era um luxo que eu não tinha. Não jantava e apenas almoçava, visto que o “bandejão” só foi existir depois de 2015.

Todos esses fatores demonstram as razões pelas quais o alunado pobre termina ou demora a terminar seus estudos universitários. Muitos não conseguem nem terminar seus estudos porque são forçados a desistirem no meio do caminho acadêmico por causa dessas questões sociais que envolvem o alunado pobre.

O Estado burguês oferece migalhas de ajuda, na qual jamais contribuirá por si só na boa qualificação intelectual e formal do estudante cidadão da classe trabalhadora que esbarra nesse “ethos societário burguês”.

Estudar em uma universidade pública exige, por vezes, ser militante o tempo todo e engajado, pois o alunado deve reconhecer o evidente aparecimento do fenômeno da luta de classes e ter consciência de classe. Como assinala Justino de Sousa (2010), cria-se, portanto, na periferia do sistema uma população supérflua que se integra ou que se encontra no sócio metabolismo do capital como uma população desnecessária para o circuito central da produção e do consumo.

Trata-se de uma população crescente que vive das sobras produzidas pelo circuito central de realização socioeconômica. É uma população que vive de sobras, trabalha com as sobras, ou seja, tem sua história vinculada aos que praticamente se esgotam nos processos de reciclagem (SOUSA, idem).

Por fim, as políticas de assistência estudantil me ajudaram muito ao longo da minha trajetória acadêmica, que deveria virar um direito e não decreto e precisa ser mais divulgado para a calourada. Tem que ser lei e os editais devem ampliar e não excluir os estudantes necessitados. O edital (sempre soberano) é o que permite ter ética e respeito aos trâmites institucionais.

Além disso, as políticas de assistência estudantil não deveriam ser focalizadas e não deveriam ser pensadas ao grupo ou limite de renda pode e deve ser universal. E que realmente enxergue a realidade dos filhos da classe trabalhadora propiciando uma assistência de forma ampla, no qual o Estado burguês tem plenas condições de pagar essa dívida aos filhos desses trabalhadores.

A classe dos trabalhadores sempre foi e até os dias atuais continua sendo espoliada e roubada por esse Estado burguês, que oprime, explora, marginaliza e que por mais que a população desta classe de excluídos se manifeste, se mobilize e grite para que sejam respeitados e atendidos em seus direitos não o são.

Os governantes dessa nação – que receberam o voto de confiança da maioria do povo – deveriam se envergonhar por nada fazer em prol da educação dos trabalhadores e seus filhos.

Este atual governo que se encontra no poder (um ex-capitão que teve sua carreira encerrada no exército por não respeitar normas e conduta social) tem sido radicalmente contra ao ensino público de qualidade e de excelência.

Trata-se de um governo conivente com uma elite que se apropria da guerra ideológica para sufocar o ensino público, a cultura e políticas sociais que foram conquistadas pelas lutas da classe operária. Um governo que é contra a Constituição, conquistada com o nascimento da democracia. Após lutas em massa e perdas de vidas que foram sacrificadas para que hoje qualquer cidadão brasileiro tivesse seus direitos alcançados.

Nada se pode esperar de um governo como este, que ao longo do seu mandato vem retirando recursos, impedindo que a classe trabalhadora tenha acesso a um ensino de qualidade e de excelência. Temos que ser protetores do ensino público em todas as fases de sua trajetória, ou seja, do ensino infantil até à pós-graduação, pois somente desta forma o país gerará pessoas com grande intelecto e inteligentes, diminuindo grandemente as diferenças e desigualdades sociais e escolhendo melhor seus governantes, pois uma educação de qualidade diminui a chance de o povo eleger políticos incompetentes e corruptos.

São por essas questões que o Brasil não consegue sair dessas amarras e grilhões, visto que a nossa população não tem educação, saúde, segurança pública, nossas desigualdades sociais vêm de longe, nossas elites são covardes e reacionárias e nossas mazelas são históricas.

Nosso país não avança na qualidade de vida e por isso tudo que somos sem nada, com educação falida para classe trabalhadora e a “questão social” se alarga cada vez mais. Tais contradições da relação capital e trabalho nos mostram que a riqueza socialmente produzida por todos é capturada pela classe dominante e a maior parte pela elite e pela burguesia, ficando a classe trabalhadora como o resto.

A riqueza não é distribuída para a classe trabalhadora, mas para as nossas elites egoístas. O povo brasileiro fica só a espera de uma solução que não chega. E como diz Jessé (idem, p. 13): “o presente não se explica sem o passado e apenas a explicação que reconstrói a gênese efetiva da realidade vivida pode, de fato, ter poder de convencimento; essa é, inclusive, a razão da força de convencimento do culturalismo conservador entre nós”.

Finalizo demonstrando mais uma vez que sou profundamente grato a essa universidade, que me oportunizou um conhecimento crítico. Não posso

deixar, especificamente, de mencionar a Escola de Serviço Social na minha formação ética e acadêmica.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Luís Eduardo; SILVA, Maria Angélica Pereira da. Trabalho Social: Estudos sobre prática e exercício profissional do assistente social. Editora, Imperial Novo Milênio, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Art. 1 inciso III, Art. 3º; 4º; 5º; inciso XIV. Art.194;195;196;201;202;203.

Código de Ética do Assistente Social de 1993. Princípio nº 3. Cidadania; V; IX; e o Art. 5º; Art.15; 16; 17; ;18. De 1993.

BISNETO, José Augusto. Serviço Social e saúde mental: uma análise institucional da prática. SP: Editora Cortez. 2007. Capítulo 2. E 4.

BOBBIO, Norberto. Qual socialismo? Debate sobre uma alternativa/ Norberto Bobbio; tradução de Iza de Salles Freaza.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre projeto ético-político de Serviço Social. ESS-UFRJ. Mimeo, 1999.

CARCANHOLO, Marcelo DIAS. Neoliberalismo e o consenso de Washington: A verdadeira concepção de desenvolvimento do governo de FHC; 1998.

COUTINHO, Carlos Nélon. 1943.Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios/ Carlos Nélon Coutinho. SP: Cortez: 1994.

FÁVERO, Eunice Teresinha. Instruções social de processos, sentenças e decisões. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

FONSECA, Maria, Odília Kahl. Direito à informação: Acesso aos arquivos públicos municipais. UFRJ. TESE de mestrado. RJ. 1996. Pagina 11, 23.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Editora Paz e Terra ,2º edição, RJ, 1975, p. 27.

IAMAMOTTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.7ª edição. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – 11ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

Lei Orgânica de Assistente Social (Lei nº 8742. 1993).

Lei 8.662/93 Dispõe sobre a profissão.

GENTIL, Denise Lobato. A Falsa crise do sistema de seguridade social no Brasil- UFRJ, 2005.

HOBBSAWM, Eric. Tempos Interessantes. Uma vida no século XX. Tradução: S. Duarte- SP- Companhia das letras. 2002.

INSS. Matriz teórico-metodológico do Serviço Social na previdência Social. MPS. Brasília. 1995.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário Básico de Filosofia, 3ª Edição, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1996.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1997.

MARX, Karl, Engels, Friedrich. Manifesto do partido Comunista. Boitempo editorial. Tradução: Álvaro Pina. 1848.

MESZÁROS, Istvan. Para Além do Capital. Tradução. Paulo César Castanheira, Sérgio Lessa. Boitempo Editorial, 2011.

NICÁCIO, Erimaldo. Serviço Social e subjetividade. Artigo discutido na disciplina de psicologia social e Serviço Social. 2006. UFRJ. RJ. ESS.

NORONHA, Karina e Santos, Monica Cláudeia. O Estado da Arte sobre os instrumentos e técnicas de intervenções profissionais do assistente social: uma perspectiva crítica. IN: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda Guerra. Serviço Social Temas, textos e contextos. Coletânea nova de Serviço Social. 2ª edição. Editora Lumem Juris.2011 RJ.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto Ético-Político do Serviço Social. In: Módulo 1: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999.

_____. Ditadura e Serviço Social. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1, páginas 138 e 223. São Paulo, Cortez, 2006

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. Serviço Social e o método. 2º seminário nacional Estado políticos sociais no Brasil. Unioeste. Campo Cascavel. 2005.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. INSS. Manual de Gestão do Serviço Social / de saúde do trabalhador- DIRSAT. 2010.

RAMOS, Graciliano. Vidas Secas. 120ª edição. Editora Record. Rio de Janeiro/ São Paulo, 2013.

RESOLUÇÃO CEG. Nº 02 de 2019. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil da UFRJ. 15.02.2019.

SINGER, Paul. Curso de introdução a economia Política. RJ Forense-universitário -1975.Página 54.

SIQUEIRA, Luana. O paradoxo da política de assistência social no Brasil. Artigo. ESS / UFRJ. 2006.

SOUSA JUNIOR, Justino De. Marx e a crítica da Educação Da Expansão Liberal-Democrática À Crise Regressiva-Destrutiva do Capital/Aparecida.SP. Ideia e letras,2010. p. 149 e 161.

TONIOLO, Charles de Sousa. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. 2008. Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <http://cressrn.org.br/files/arquivos/k7maNx2767S70XHK8137.pdf>. Último acesso em 12 de julho de 2022.

VIEIRA, Balbina Ottoni. História do Serviço Social: Contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. Temporalis, v. 2, n. 3, jan.-jun./2001, p. 33-40.

ZALAMENA, Juliana Costa Meinerz . Emergência e institucionalização do Serviço Social no Brasil, 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/38134/emergencia-e-institucionalizacao-do-servico-social-no-brasil>. Último acesso em 10 de julho de 2022